

HELDER MANUEL BENTO CORREIA
N.º 24 376

A RUPTURA POLÍTICA E IDEOLÓGICA
NO MOVIMENTO COMUNISTA
EM PORTUGAL
(1963-1964)

Mestrado de História Contemporânea
Trabalho apresentado na
Disciplina de História de Portugal

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Portimão
1999

A RUPTURA POLÍTICA E IDEOLÓGICA
NO MOVIMENTO COMUNISTA
EM PORTUGAL (1963-1964)

HELDER MANUEL BENTO CORREIA

A Ruptura Política e Ideológica
no Movimento Comunista
em Portugal (1963-1964)

Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras
Portimão
1999

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. A «POLÍTICA DE UNIDADE» NA HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS	7
1.1 - O VII Congresso da Internacional Comunista.....	7
1.2 - Da «Reorganização» de 1940-41 ao V Congresso em 1957	9
1.3 - A «Reorganização» de 1960.....	19
2. A RUPTURA NO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL	24
2.1 - O XX Congresso do PCUS.....	24
2.2 - As Conferências de 1957 e 1960.....	25
2.3 - O PCP e o Movimento Comunista Internacional.....	27
3. PORTUGAL: 1960-1965	29
3.1 - A Situação Política Nacional.....	29
3.2 - O Ideólogo – Francisco Martins Rodrigues.....	31
3.3 - Os Pontos de Ruptura.....	33
CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA	40

INTRODUÇÃO

Vinte e cinco anos depois do 25 de Abril de 1974, após um período conturbado da nossa história recente, seria interessante fazer uma retrospectiva das organizações políticas «revolucionárias» que proliferaram, por vezes ruidosamente, no panorama político português dessa altura. É natural que não haja tempo suficiente para, numa perspectiva histórica, estudar essa área. No entanto, uma questão pode ser colocada: o que é que ficou de toda uma série de organizações de extrema-esquerda - marxistas, marxistas-leninistas, trotskistas, maoístas, castristas, etc.?

A inventariação e a história dessas organizações - algumas criadas durante os anos 60 mas a maioria nos anos 70 – não só não está feita como a documentação sobre elas não está disponível. Na minha opinião, tal situação deve-se ao facto de parte dos dirigentes políticos dessas organizações terem sido “absorvidos” pelo sistema que combatiam, estando hoje, muitos deles, integrados em partidos políticos na área do poder e ocupando cargos importantes, quer em empresas privadas, quer em organismos estatais.

Esta atitude contraditória com os «ideais de juventude» não é extensível a todos os membros e dirigentes dessas organizações. Actualmente assiste-se a um «repensar da esquerda», diferente e até oposta à propagandeada «Terceira Via» de A. Giddens. A criação de uma organização unitária denominada *Bloco de Esquerda* é o exemplo desta situação.

Todavia, com o presente trabalho pretendo, apenas, analisar a génese do movimento que, a partir de 1964, criou uma alternativa à esquerda do Partido Comunista Português. Esta ruptura política e ideológica deu origem às primeiras organizações que se vão opor ao chamado «revisionismo moderno», quer da União Soviética, a nível internacional, quer do PCP, a nível local, e que vão chegar até ao 25 de Abril de 1974.

Pela primeira vez, o Partido Comunista Português vê surgirem vozes que criticam a sua “fraca” actuação, nomeadamente a resposta que o partido (não) deu após a fraude eleitoral de 1958 e, posteriormente, a “recusa” em utilizar acções violentas durante as vagas de protesto de 1961-62. Para alguns ainda membros do PCP na altura, Portugal esteve à beira de uma situação pré-revolucionária a que o partido “virou” costas ou, pelo menos, não aproveitou. Assim, o PCP estava a “fugir” aos ensinamentos do marxismo-leninismo e à sua «missão histórica».

Esta ruptura é também o início da constituição de uma alternativa ao próprio PCP, com base numa fundamentação revolucionária. Foi um retorno ao princípios do marxismo-

leninismo, à ortodoxia revolucionária. O PCP passou a ser apelidado de «revisionista». Segundo os dissidentes, deixou de haver em Portugal Partido Comunista.

Apesar das divergências terem surgido no início dos anos 60, na minha opinião, não surgem como consequência ou transposição das divergências no Movimento Comunista Internacional, nomeadamente a oposição entre o PCUS e os partidos do Trabalho da Albânia e Comunista da China. Esta situação foi, pelo menos no caso português, integrada nas divergências que se desenvolviam no interior do PCP. O mentor ideológico dessa ruptura foi um membro do Comité Central, Francisco Martins Rodrigues, que, em Janeiro de 1960, conjuntamente com Álvaro Cunhal, fugiu da prisão de Peniche.

Assim, para além da análise dos pontos de ruptura que levaram à expulsão de uma série de militantes do PCP e à constituição da Frente de Acção Popular (FAP), em Janeiro de 1964, e do Comité Marxista Leninista Português (CMLP), em Abril desse ano, o que se pretende também demonstrar é que a linha política de «Unidade das Forças Antifascistas» que o PCP criou e desenvolveu ao longo da sua história, *grosso modo* constituída após o VII Congresso da Internacional Comunista em 1935 com a criação das «Frentes Populares», é o *leitmotiv* de toda a política do PCP praticamente até à actualidade, apesar de algumas vicissitudes. A oposição ao avanço do fascismo na Europa e no Mundo, “obrigava” a unir todas as forças que se lhe opunham. Desta forma, a orientação política da Internacional Comunista e de um dos seus principais mentores, Georgi Dimitrov, abria perspectivas para, em Portugal, o PCP ser o “motor” da unidade de todas as forças que se opunham a Salazar. É exactamente com base nesta “obsessão” pela unidade que, segundo os “verdadeiros” marxistas-leninistas, vão surgir as divergências que irão levar à ruptura. A unidade com a chamada «oposição democrática burguesa» contra a ditadura salazarista conduzia a uma «democracia burguesa» e não à instauração da «ditadura do proletariado», de acordo com os ensinamentos do marxismo-leninismo. Ainda segundo esses elementos, o proletariado seria apenas um instrumento de acção e de pressão que o PCP utilizaria com o objectivo de hegemonizar o movimento para derrubar Salazar. A «revolução proletária» e o «fim do capitalismo» é algo que o PCP vai esbatendo no seu discurso e na sua prática a fim de manter a «política de unidade» com as diversas forças democratas.

Quanto às datas (1963-1965), a primeira, corresponde à constituição de uma tendência politicamente assumida, ainda dentro do PCP, por parte de Francisco Martins

Rodrigues. A segunda, corresponde ao fim de uma fase, coincidente com a prisão dos principais dirigentes da FAP-CMLP, nomeadamente o próprio F. Martins Rodrigues.¹

Foi a leitura de um livro escrito em 1985 por F. Martins Rodrigues (*Anti-Dimitrov 1935-1985: Meio Século de Derrotas da Revolução*, Lisboa, Edição do Autor), que me “despertou” para o problema de base que procuro analisar neste trabalho. Pondo em causa algumas das suas antigas concepções, este livro de crítica ao «centrismo» surge como uma reafirmação (?) do marxismo-leninismo, no seu estilo mais “puro e duro”: «O centrismo, como forma original do oportunismo “comunista” do século XX, produto típico da era do imperialismo, que teve em Bukarine, Dimitrov, Staline, Mao, Gramsci, os seus ideólogos e chefes políticos de maior projecção.»²

Sobre o material utilizado para este trabalho, para além da pesquisa bibliográfica efectuada, utilizaram-se as fontes existentes no Instituto de Ciências Sociais - Arquivo Histórico e Social, no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, de folhetos e outros documentos referentes ao PCP existentes na Biblioteca Nacional e algum material de arquivo pessoal.

Quanto à organização do trabalho, este está dividido em três partes. Na primeira, é feita uma retrospectiva sintética da «política de unidade» ao longo da história do PCP – a sua origem e o seu desenvolvimento. Na segunda parte, o contexto internacional em que se verificou a ruptura, particularmente as divergências entre a União Soviética e a China e o papel do PCP no Movimento Comunista Internacional nesse período. Na terceira parte, procurámos analisar os pontos de ruptura, nomeadamente, as três questões que se colocavam em confronto: a luta armada, a política de alianças na direcção da revolução e, finalmente, a posição sobre o Movimento Comunista Internacional.

Para evitar um trabalho demasiado extenso, procurou-se reduzir àquilo que se considerou o essencial. Naturalmente que há coisas que ficaram por dizer e outras que foram omitidas. O ponto «1.2 - Da «Reorganização» de 1940-41 ao V Congresso em 1957» é um pouco longo e podia ter sido tratado em separado. No entanto, consideramos que assim se mantinha uma certa unidade uma vez que, a partir de 1960, há um novo realinhamento de posições. Alguns esclarecimentos adicionais podem ser dados no caso de vir a ser feita uma apresentação oral deste trabalho.

¹ Entre os finais de 1965 e Janeiro de 1966, a PIDE «decapitou» os principais dirigentes da FAP-CMLP.

² Francisco Martins Rodrigues, *Anti-Dimitrov 1935-1985: Meio Século de Derrotas da Revolução*, Lisboa, Edição do Autor, 1985, p. 13.

1. A «POLÍTICA DE UNIDADE» NA HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

1.1 - O VII CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

O VII Congresso da Internacional Comunista (IC) ficou conhecido pela consagração da estratégia da criação das «Frentes Populares». Em Portugal, a secção da IC, o PCP, também a procurou implementar.³ De forma muito resumida, o objectivo do VII Congresso do Komintern era a organização da oposição ao movimento fascista emergente na Europa. Para isso, era necessário agrupar todas as forças políticas antifascista numa ampla frente de massas. A direcção pertenceria aos comunistas – «vanguarda do proletariado» -, devido ao seu «papel histórico». O relatório de G. Dimitrov a esse Congresso, apresentado em 2 de Agosto de 1935,⁴ faz alusão, numa primeira parte, às características do fascismo - «O fascismo no poder é [...] a aberta ditadura terrorista dos elementos mais reaccionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro.»⁵ - e, numa segunda parte, à estratégia das Frentes Populares, sua importância e acção:

«Os milhões de operários e de trabalhadores dos países capitalistas põem a questão de saber como impedir a chegada do fascismo ao poder e como derrubar o fascismo vitorioso. A Internacional Comunista responde: a primeira coisa que é preciso fazer, pela qual é necessário começar, é realizar a frente única, estabelecer a unidade de acção dos operários em cada empresa, em cada secção, em cada região, em cada país, no mundo inteiro. A unidade de acção do proletariado à escala nacional e internacional, eis a poderosa arma que torna a classe operária capaz não só de se defender com sucesso mas também de passar com sucesso à contra-ofensiva contra o fascismo, contra os inimigos de classe.»⁶

É a substituição da política «classe contra classe» definida no VI Congresso em 1928,⁷ anos mais tarde apelidada de sectária e dogmática, que levou à criação de partidos comunistas em todos os países com base no modelo leninista.⁸ A nova linha política definida no VII Congresso procurava manter a perspectiva da revolução socialista na Europa. É

³ V. Afonso Manta, *A Frente Popular Antifascista em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976.

⁴ Cf. G. Dimitrov, *A III Internacional e o Fascismo*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975, pp. 7-106.

⁵ Idem, p. 9.

⁶ Idem, p. 33.

⁷ Cf. *Programa e Estatutos da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Maria da Fonte, 1975; João Arsénio Nunes, «Da Política “Classe Contra Classe” às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista Entre o VI e o VII Congressos (1928-1935)», in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, Regra do Jogo, 1982, pp. 31-76.

⁸ «[...] *integração e reprodução interiorizada das características políticas, organizativas, ideológicas, de método, de estilo, do Partido comunistas da URSS. [...] estalinização geral*» (itálico no original), in João Arsénio Nunes, art. cit., p. 32.

proposta a unidade de todos aqueles que se opõem ao fascismo com os comunistas a terem um papel activo a todos os níveis, por serem os «verdadeiros revolucionários».

Estas definições políticas feitas pelo Komintern e pelas suas secções, eram as regras por onde se deviam reger todos os seus membros. Era uma “normalização” política e ideológica com base num modelo centralista.

No discurso do VI Congresso das Juventudes Comunistas (IJC), também realizado em Moscovo em 1935,⁹ Dimitrov faz um veemente apelo à unidade para ultrapassar o sectarismo e o esquerdismo próprios da juventude, de maneira a melhor interiorizarem as resoluções do VII Congresso da IC.¹⁰

Foi com base nestas orientações políticas definidas pelo VII Congresso que se iniciou a experiência não só da criação das «frentes únicas» que, no caso português, não teve grande implantação,¹¹ mas, fundamentalmente, e isto é que é importante reter, a experiência da unidade com outras forças políticas que pudessem resistir, organizadamente, à ditadura salazarista.

Assim, e para concluir este ponto, as fracassadas tentativas dos «reviralhistas», que se vão esgotando durante os anos 30,¹² vão permitir que o PCP, através de acções de massas, de um trabalho sistematicamente organizado e de um sector de propaganda constituído, pudesse clarificar uma linha política que o norteará ao longo da sua história, até à actualidade.¹³ É também importante focar que, paralelamente ao aspecto político, há problemas organizativos e de conspiratividade. Sendo o PCP uma organização clandestina e os seus membros severamente reprimidos, é fulcral a criação de uma organização sólida de maneira a implementar a linha política definida.¹⁴

O VII Congresso da Internacional Comunista forneceu, a nosso ver, a grande linha de rumo para aquilo que o PCP veio a definir, a partir dos anos 40, como a linha de «unidade

⁹ G. Dimitrov, *Youth Against Fascism*, www.marxists.org/archive/dimitrov/woks/1935-yci.htm.

¹⁰ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, Vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp. 109-143.

¹¹ Um dos objectivos da política da «Frente Popular» era a união entre comunistas e socialistas que, em Portugal, era difícil uma vez que o Partido Socialista tinha sido dissolvido em 1933. Assim, o PCP pretendeu ultrapassar essa situação procurando unificar todos os democratas e antisalazaristas.

¹² V. Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1998.

¹³ Apesar de discutível, parece-me que, ainda hoje, o discurso político do PCP se pauta pela «unidade das forças de esquerda», nomeadamente as suas tentativas de aproximação ao Partido Socialista, ou ainda, através da criação de organizações unitárias ou de outras, de acordo com o espírito de Willi Münzenberg.

¹⁴ Este ponto é muito importante uma vez que o PARTIDO, como estrutura política organizada, estava acima de qualquer interesse pessoal. A organização partidária, com os seus métodos («centralismo democrático») vão, na minha opinião, limitar a discussão interna, numa perspectiva revolucionária. Esta situação será posteriormente abordada.

nacional antifascista». Com esta designação ou com outra, os princípios básicos são os mesmos, apesar de algumas vicissitudes,¹⁵ como iremos ver.

1.2 - DA «REORGANIZAÇÃO» DE 1940-41 AO V CONGRESSO EM 1957

A segunda metade dos anos 30 foram dramáticos para o PCP. Prisões, «infiltrações»,¹⁶ problemas de organização e divergências,¹⁷ quase levaram ao desaparecimento do partido.

«Aos golpes que sofre o movimento operário com o esmagamento das revoltas de 1934 e 1936, juntam-se os golpes sobre o partido. Ao chegar do VII Congresso da Internacional Comunista, Bento Gonçalves é preso juntamente com José de Sousa e Júlio Fogaça (1935). Em Setembro de 1936 abre o campo do *Tarrafal* para onde são enviados 150 militantes operários, entre eles Bento Gonçalves, Militão Ribeiro, Sérgio Vilarigues, o dirigente anarquista Mário Castelhamo e muitos marinheiros.

O [PCP] cuja estrutura clandestina é frágil, pois assentava só no Secretariado e nas tipografias, fica [...] desorganizado. [...] Os métodos de trabalho tinham-se atrasado em relação ao trabalho aperfeiçoado da polícia.»¹⁸

Foi neste período, finais dos anos 30, que o Komintern deixou de ter ligações com o PCP.¹⁹

¹⁵ V., a título de exemplo, Fernando Rosas, «O PCP e a II Guerra Mundial», in *Estudos sobre o Comunismo*, N.º 0, Julho, 1983, pp. 3-22.

¹⁶ V. Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *Lutemos Contra os Espiões e Provocadores. Breve História de Alguns Casos de Provocação no PCP*, [Lisboa], Edições A Verdade, 1975 (segundo o original das Edições *Avante!*, 1952). Apesar de ser um documento de Dezembro de 1952, é interessante notar a preocupação com a organização e os métodos de trabalho conspirativo que o PCP vai desenvolver por necessidade de sobrevivência. São apontados casos de «traição» e de «infiltração» que, mais tarde, alguns deles, o próprio partido veio a reconhecer o erro dessas condenações (cf., p. e., Álvaro Cunhal, *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo. Informe Político do CC. IV Congresso do PCP*, Lisboa, Edições Avante! 1997, pp. 34-37).

¹⁷ Segundo Pacheco Pereira, op. cit., p. 89, os problemas das divergências internas durante esse período devem-se aos conflitos entre uma geração mais velha de militantes do Partido com experiência política e uma geração mais nova formada na FJCP: «O PCP vai pagar, entre 1936 e 1940, um preço elevadíssimo em termos de conflitos pessoais, quando os principais quadros formados na FJCP, [...] se vão encontrar com os quadros formados na URSS na tarefa comum da depuração do partido. O radicalismo e hipercriticismo pessoal, moldados pelo centralismo democrático num mecanismo de censuras, expulsões e denúncias, tornou-se um factor de progressiva implosão do PCP.» Na minha opinião, esta ideia de Pacheco Pereira decorre da crítica de Dimitrov às organizações de juventude, afirmando que estas não são partidos comunistas para jovens. Nessa mesma altura, Li Li-San, dirigente do PC da China, defendeu a extinção das organizações juvenis.

¹⁸ In Francisco Martins Rodrigues, *Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal*, s. 1., s. e. [Edições Militão Ribeiro], s. d. [versão dactilografada], p. 9. Ainda sobre este assunto, cf. Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal. Comunistas, Democratas e Militares em Oposição a Salazar, 1941-74*, Lisboa, Edições Salamandra, 1990, pp. 52-57; Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 2º Volume: 1930-1975, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979, pp. 59-62.

¹⁹ Para um melhor enquadramento desta situação, v. José Manuel Milhazes Pinto, «Quando a Internacional Comunista Cortou com o PCP», in *História*, Ano XVIII (Nova Série), N.º 17, Fevereiro 1996, pp. 34-39; António Ventura, «Documentos Sobre Uma Tentativa de Contacto Entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a I. C. em 1941», in *Estudos sobre o Comunismo*, N.º 1, Setembro/Dezembro, 1983, pp. 23-30; e José Pacheco Pereira, op. cit., pp. 231-239 e 316-325.

Contudo, a partir de 1940 com a libertação de alguns dirigentes, o partido «reorganizou-se», não sem alguma polémica, uma vez que existiam praticamente dois partidos, ou seja, duas facções, cada uma com o seu órgão de direcção e ambas publicando o *Avante!*. Este período, genericamente designado por «reorganização» de 1940-41, é mal conhecido e sobre o qual se tem especulado. A este facto não está alheia a indisponibilidade do PCP de abrir os seus arquivos e de os seus dirigentes se manterem silenciosos.²⁰ Todavia, o que nos interessa é que os «reorganizadores» acabaram por reestruturar o partido, desenvolvendo um trabalho com novos métodos conspirativos. Este período culminou com a realização do III Congresso (I Congresso Ilegal), em Novembro de 1943.

«No curto espaço de três anos (1940-43), o Partido é reconstruído em moldes leninistas: a direcção colectiva, disciplina firme, rigor conspirativo, corpo de militantes profissionais que se alarga progressivamente. Apesar de alguns golpes da polícia [...], o aparelho clandestino ganha estabilidade e continuidade, permitindo um largo trabalho de agitação e propaganda.»²¹

É a partir deste período que o *Avante!* começa a sair regularmente.

O III Congresso consagra o «trabalho de massas» como o trabalho de base do partido e defende a formação de uma frente comum contra a ditadura, através de um grande movimento de unidade nacional. É criado, em Dezembro de 1943, o Movimento de Unidade Anti-Fascista, vulgarmente conhecido por MUNAF,²² que é uma organização «frentista» e que, de alguma forma, segue as ideias expressas no VII Congresso do Komintern. Procurou-se ultrapassar o «sectarismo», fazendo com que o PCP se aproximasse de outras forças políticas, genericamente designadas de burguesas. No início de 1944 são criados os Grupos Anti-Fascistas de Combate (GAC's), como uma tentativa de organizar acções armadas contra a ditadura.²³ No entanto, a perspectiva da «conquista do poder» são definidos por A. Cunhal no Informe Político desta forma:

²⁰ «Um dia, um universitário comunista decidiu estudar a história do PCP. Por todas as razões, mais uma: era militante. Comunicou a sua decisão aos responsáveis do partido. Além do mais, pretendia ter acesso aos arquivos da organização, pelo menos os oficiais. Necessitava, evidentemente, de consultar alguma documentação relevante e de, eventualmente, recolher testemunhos orais de velhos militantes. O assunto chegou “ao mais alto nível”. Isto é, ao secretário-geral. Álvaro Cunhal recebeu-o, desejou-lhe boa sorte e acrescentou: “O camarada tem, a partir de agora, os direitos de um historiador burguês e os deveres de um historiador comunista!” E não abriu os arquivos!» In António Barreto, «A Formação do Secretário-Geral», *Pública*, N.º 171, 29 de Agosto de 1999, p. 16.

²¹ In F. Martins Rodrigues, op. cit., p. 11.

²² Cf. F. Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pp. 637-639; e ainda David L. Raby, «O MUNAF, o PCP e o Problema da Estratégia Revolucionária da Oposição, 1942-1947», in *Análise Social*, Vol. XX, N.º 84, 1984, pp. 687-700.

²³ Cf. F. Martins Rodrigues, op. cit., p. 12; Dawn L. Raby, op. cit., pp. 25-30 e 66-80; e David L. Raby, art. cit., pp. 695-698. A criação dos GAC's, associada ao MUNAF, inseria-se numa estratégia de insurreição armada,

«Em Portugal, o poder está concentrado nas mãos de grandes agrários, grandes capitalistas e financeiros, grandes industriais e comerciantes e parte da média burguesia ligada ao imperialismo alemão. O poder deve ser tomado pelas seguintes classes aliadas: proletariado, campesinato e pequena e média burguesia.»²⁴

A etapa da revolução, a direcção da insurreição e o tipo de regime a implantar ficam por definir. Estes problemas irão “agravar-se” e, de alguma forma, estão na origem da ruptura dos anos 60. A ideia expressa por Dawn Linda Raby a este propósito é paradigmática:

«Desde o seu início que o movimento antifascista em Portugal se via confrontado com opções fundamentais: oposição pacífica ou luta armada, golpe militar ou insurreição popular, luta de classes ou uma ampla contestação democrática.

[...] O resultado destas diferentes tácticas dependia frequentemente de uma outra questão fundamental: as alianças políticas.»²⁵

De algum modo, isto resume o “dilema” do PCP, entre a ortodoxia marxista-leninista e a colaboração de classes, particularmente após a «reorganização» de 1940-41 e a definição da política de unidade nacional antifascista. No IV Congresso (II Congresso Ilegal), esta política de unidade não só é reafirmada como é firmemente assumida através de uma frase lapidar: «Aquilo que nos separa nada é comparado com o que nos une».²⁶

O IV Congresso, realizado em Maio de 1946, para além de uma análise da situação internacional e nacional, pontos I e II do Informe Político,²⁷ consagra o ponto III - «Unidade da Nação para a Conquista da Democracia»²⁸ - à unidade das forças antifascistas contra a «divisão sistemática da nação» feita pelo «fascismo salazarista»:

«Contra a política de divisão do fascismo, nós empunhamos a bandeira da unidade e reconciliação de todos os portugueses honrados na luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência. [...] Contra a vontade do fascismo, patrões patriotas e trabalhadores combatem na mesma frente da Unidade Nacional e, [...] lutam unidos na mesma trincheira.»²⁹

Foi o PCP, em conjunto com outras forças políticas, que criou o MUNAF, em 1943, e o Movimento de Unidade Democrática (MUD),³⁰ em 1945, impulsionando a unidade das

com características diferentes do «reviralhismo» republicano, integrando qualquer pessoa que pretendesse participar activamente contra o regime salazarista, aproveitando a agitação social.

²⁴ Apud, Dawn L. Raby, op. cit., p. 80.

²⁵ Idem, op. cit., p. 19.

²⁶ In A. Cunhal, op. cit., p. 141.

²⁷ Idem, pp. 63-119.

²⁸ Idem, pp. 121-161.

²⁹ Idem, p. 122.

³⁰ Cf. F. Rosas e Brandão de Brito, op. cit., pp. 634-637.

forças antisalazaristas.³¹ Quem eram as «forças políticas antifascistas» consideradas pelo II Congresso Ilegal? Eram: o Partido Republicano Português, a União Socialista,³² o Partido Socialista,³³ a Maçonaria, o Partido Socialista Independente,³⁴ os Anarquistas,³⁵ os Grupos Republicanos e os Republicanos sem Partido,³⁶ os Monárquicos, os Militares,³⁷ os Nacional-Sindicalistas,³⁸ os «pequenos agrupamentos de vida efémera»³⁹ e os católicos. Este conjunto de organizações, de agrupamentos e de tendências, onde tudo cabe desde que se oponham a Salazar, combina uma mistura de interesses e perspectivas que dificilmente poderiam funcionar, muito menos sob o “controlo” político do PCP. Esta “unidade”, onde até os nacional-sindicalistas entravam, é, na minha opinião, uma “obsessão” que desvirtua o significado político e ideológico do Partido Comunista. Esta orientação, que vinha do I Congresso Ilegal e que é sistematizada neste Congresso, concluiu que «aquilo que nos separa nada é comparado com o que nos une».⁴⁰ A grande maioria dos camponeses é secundarizada, excepção ao Alentejo e ao Ribatejo. O carácter marcadamente de classe como, por exemplo, a «aliança operária-camponesa», pedra angular do discurso marxista-leninista, passa completamente ao lado. O próprio informe é omissivo sobre a perspectiva do socialismo e do comunismo. Esta situação é “estranha” do ponto de vista ideológico. É feita uma crítica ao «sectarismo» de alguns dirigentes do PCP para justificar esta orientação de unidade com outras forças antisalazaristas.

Para finalizar o ponto III, «Por um Governo de Portugueses Honrados»,⁴¹ o Congresso define o seguinte:

«Um governo de portugueses honrados que se disponha a ouvir e a respeitar a voz da nação, um governo de patriotas sinceros que [...] ponha a ideia de garantir que o povo português escolha livremente o seu destino.

³¹ Sobre este assunto, v. o artigo do Prof. José Tengarrinha, «Os Caminhos da Unidade Democrática Contra o Estado Novo», in *Revista de História das Ideias*, N.º 16, 1994, 387-431, onde o autor, participante activo na oposição ao «Estado Novo», faz uma breve retrospectiva deste período até ao 25 de Abril.

³² Constituída em 1944, resultou do Grupo de Acção e Doutrinação Socialista. Cf. F. Rosas e Brandão de Brito, op. cit., p. 938.

³³ Apesar de formalmente dissolvido, mantém alguma actividade, segundo A. Cunhal, op. cit., p. 128.

³⁴ Criado em princípios de 1944 no norte do país, não se identificava com o Partido Socialista Português.

³⁵ Sobre este grupo político o «Informe» destaca as diferenças existentes: «[...] os anarquistas portugueses continuam fechados nas suas concepções sectárias [...] continuam combatendo a URSS, as “correntes autoritárias estatistas”, assim como a unidade antifascista.», in A. Cunhal, op. cit., p. 130.

³⁶ Grupos sem partido mas organizados à volta de uma personalidade republicana importante.

³⁷ Através de «oficiais honrados» e contra as intenções “putschistas”, A. Cunhal, op. cit., pp. 135-136.

³⁸ «De então para cá [de 1943 a 1946], operaram-se algumas modificações no campo nacional-sindicalista. Enquanto uns [...] se ligavam abertamente ao fascismo mais intransigente, aos conspiradores hitlerianos, [...] outros manifestam vontade de se libertar dos laços do fascismo e têm tentado repetidas vezes aproximar-se da Unidade Nacional, ainda que alguns cheios de reservas e intenções.», idem, p. 136.

³⁹ Idem, pp. 131-132.

⁴⁰ Idem, p. 141.

⁴¹ Idem, pp. 157-161.

Um tal governo, [...] deveria ser um governo de Concentração Nacional, um governo de unidade, com representantes de todas as correntes políticas nacionais, incluindo, naturalmente, o nosso Partido. Uma tal composição seria a melhor garantia de que esse governo estabeleceria verdadeiras liberdades democráticas. Entretanto, não é imprescindível essa composição. O que interessa fundamentalmente é que tal governo assegure as liberdades fundamentais, dê aos partidos políticos plena liberdade de agitação eleitoral, promulgue uma lei eleitoral sem exclusões partidárias e, concedendo o sufrágio universal, opere um recenseamento verdadeiramente livre.»⁴²

É praticamente um programa “social-democrata”. Feito por um partido comunista é, no mínimo, muito flexível. A linha política de «unidade das forças antifascista» levou a que o PCP, com uma política de alianças definida de forma abrangente, “ocultasse” o seu carácter comunista ou, noutra perspectiva, se afastasse da sua «missão histórica».

No ponto IV do Informe - «Como Derrubar o Fascismo»⁴³ - é reafirmada a crítica ao “putschismo”⁴⁴ e à perspectiva de um “golpe palaciano”, respondendo o PCP com o «Levantamento Nacional»: «O levantamento nacional é um acto de violência»⁴⁵ que só se verificará com uma «crise nacional geral», que não está na ordem do dia. O «levantamento nacional» é atingido através de uma «mobilização [...] das mais amplas camadas populares para as mais variadas formas de luta contra a política fascista».⁴⁶ Desta forma, não ficou definida a(s) etapa(s) da «revolução» mas somente um cenário político e social para o qual o PCP deveria trabalhar. Esta situação será mais tarde criticada pelos dissidentes, aquando da ruptura de 1963-64.

Neste Congresso também é feita a crítica à «Política de Transição». Em que é que consistiu essa orientação política? Desenvolvida a partir de 1943 pela Organização Comunista Prisional do Tarrafal (OCPT) onde se destacavam dirigentes como Júlio Fogaça, Pedro Soares e João Rodrigues, entre outros, defendia uma mudança de regime por meios pacíficos. Influenciados pela «Política Nova» de Bento Gonçalves,⁴⁷ estes dirigentes, após regressarem ao continente por motivo de uma amnistia em Outubro de 1945, reocupam as suas funções no partido, começando a exercer as suas influências para a aplicação desta linha

⁴² Idem, p. 161.

⁴³ A. Cunhal, op. cit., p. 163 e ss..

⁴⁴ «As ideias e actividades putschistas caracterizam-se pela incerteza e pela irregularidade. [...] são um factor prejudicial no movimento nacional antifascista, afastam as forças antifascistas da acção concentrada de mobilização de massas da nação na luta contra o fascismo, convidam-nos à espera de braços cruzados ou a súbitas e desesperadas aventuras. [...] o nosso Partido deve continuar intransigentemente a negar a sua participação em quaisquer acções desse tipo e deve continuar lutando [...] contra todas e quaisquer tendências putschistas.» Idem, pp. 167-168.

⁴⁵ Idem, p. 169.

⁴⁶ Idem, p. 172.

⁴⁷ Cf. F. Rosas, art. cit., pp. 7-8 e 17-18.

política.⁴⁸ Basicamente, os objectivos propostos foram apontados por A. Cunhal no Informe Político⁴⁹: «1º *Provocar a desagregação do fascismo no regime de transição* [de acordo com a experiência italiana]; 2º *Levar a cabo um golpe militar*».⁵⁰ Segundo F. Martins Rodrigues, «A “política de transição” não era já simplesmente oportunista, ela tendia à liquidação do Partido como força independente e a entregar o movimento operário ao controlo da burguesia democrática. Esta linha teve repercussões na linha posterior do Partido.»⁵¹

A «Política de Transição» foi derrotada mas Júlio Fogaça,⁵² o seu principal mentor, após se autocriticar, foi eleito membro do Comité Central.⁵³

Finalmente, o Congresso decidiu ainda a dissolução dos GAC's, formados depois do I Congresso Ilegal,⁵⁴ para evitar alimentar «no movimento de Unidade Nacional, ideias putschistas».⁵⁵

Em resumo, o II Congresso Ilegal reforçou uma linha política que tendia para o reforço da Unidade das forças antifascistas, “libertando” o PCP de algumas tendências designadas de sectárias.

A partir de 1947 o movimento de massas começa a refluir concomitantemente à estabilização do regime de Salazar, após o fim da II Guerra Mundial e o início da «guerra fria». É a partir deste período que se verifica um aumento da repressão e prisões em massa, nomeadamente de alguns dirigentes como, por exemplo, Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro (1949). Há problemas de conspiratividade com infiltrações policiais e casos de militantes que têm “mau porte” na prisão.⁵⁶ É também o período em que se verifica uma ruptura na unidade

⁴⁸ Cf. F. Martins Rodrigues, op. cit., pp. 12-13; e Dawn L. Raby, op. cit., pp. 104-105.

⁴⁹ In A. Cunhal, op. cit., p. 173.

⁵⁰ Itálico no original. Em Outubro de 1969, O PCP publica um opúsculo designado *1945-1948: “Política de Transição”*, onde estão reunidos vários extractos de artigos críticos a essa linha política, retirados d’*O Militante* (Abril e Novembro de 1946), do *Informe Político* ao II Congresso Ilegal (1946) e do documento *O Desvio de Direita no PCP nos anos 1956-1959*.

⁵¹ In F. Martins Rodrigues, op. cit., p. 13.

⁵² Cf. F. Rosas e Brandão de Brito, op. cit., p. 364.

⁵³ Tal situação pode explicar-se pelo prestígio, pelo facto de ter pertencido ao grupo dos «reorganizadores» e ainda pela escassez de dirigentes com formação política e com experiência. De outra forma não se justificaria a sua permanência no órgão de direcção do partido e não ter sido sancionado. Segundo A. Cunhal, em entrevista dada em Lisboa a Dawn L. Raby a 26 de Junho de 1978, os partidários da «política de transição» não foram expulsos porque não se constituíram em facção e acataram a disciplina partidária. Cf. Raby, op. cit., p. 107.

⁵⁴ O aparecimento dos GAC's representou uma resposta à repressão policial numa altura de «fluxo revolucionário», 1942-44. Sobre o movimento grevista desse período, cf., por exemplo, Partido Comunista Português, *As Greves de 8 e 9 de Maio de 1944*, Lisboa, Edições *Avante!*, 1979.

⁵⁵ In A. Cunhal, op. cit., p. 202.

⁵⁶ A este propósito, cf. *Lutemos Contra os Espiões e Provocadores. Breve História de Alguns Casos de Provocação no PCP*.

da oposição à ditadura e é ilegalizado o MUD (1948). A própria direcção política das lutas dos trabalhadores vacila, tendo em conta o movimento de massas entre 1942 e 1944.⁵⁷

Depois desta turbulência, o PCP consegue estancar as perdas sofridas e, após alguns saneamentos internos,⁵⁸ retoma a sua orientação. Neste aspecto, é importante a «V Reunião Ampliada do Comité Central», em 1954, onde volta a ser feita a crítica aos desvios de direita.⁵⁹ Nessa reunião é aprovado o *1º Projecto de Programa do Partido*, que nunca passou disso mesmo devido às novas orientações surgidas a partir de 1956. Contudo, nesse documento é apontada a ligação entre a «insurreição popular armada» e o estabelecimento da «Democracia Popular» que, no entanto, não foi definida. São ainda apresentadas as condições para uma plataforma de unidade com as forças liberais.⁶⁰ Segundo os marxistas-leninistas que irão fazer a cisão com o PCP em 1963-64, este foi o período em que o PCP parecia caminhar no sentido revolucionário, com o Secretariado, sob o comando de José Gregório, a defender o partido das «influências direitistas». No entanto, aquele que é considerado o principal mentor da «política de transição», Júlio Fogaça, chamado ao Secretariado em 1952, compromete, segundo eles, a efectiva derrota dessa tendência dentro do partido.⁶¹ A «viragem» terá sido dada na «VI Reunião Ampliada do CC do PCP», realizada em Agosto de 1955. Nessa reunião, que decorre sob a crítica ao sectarismo, é alterada a linha política geral a que, segundo Ramiro da Costa, não é estranha a influência dos «novos ventos» que sopram da URSS.⁶²

Em Fevereiro de 1956 reuniu-se o XX Congresso do PCUS.⁶³ Este Congresso foi um marco histórico no Movimento Comunista Internacional. O excepcional deste evento foi a crítica feita por Nikita Kruschchov a Estaline. Por outro lado, foi também a apresentação de uma nova concepção política baseada na «coexistência pacífica» entre sistemas políticos e económicos diferentes e na possibilidade de «transição pacífica para o socialismo». Este

⁵⁷ Como exemplo, cf. João Madeira, «A Greve de 1947 nos Estaleiros Navais de Lisboa: o Fim de Um Ciclo», in *Arquivos da Memória*, N.º 3, 1997, pp. 67-83.

⁵⁸ Exemplo, as expulsões de João Rodrigues e Gilberto de Oliveira. Cf. F. Martins Rodrigues, op. cit., p. 17. Não é estranha a esta situação o diferendo entre a URSS e a Jugoslávia de Tito, quando este se autonomizou de Moscovo e se aproximou do Ocidente. Por este facto, Tito foi severamente criticado e apelidado de «direitista». Esta situação também se reflectiu em Portugal, nomeadamente no PCP, onde os elementos designados de «titistas» foram expulsos - Mário Soares e Piteira Santos. Esta ruptura entre a URSS e a Jugoslávia fez aumentar o sentimento anticomunista entre alguns sectores da oposição.

⁵⁹ Segundo F. Martins Rodrigues, op. cit., p. 16, em Janeiro de 1949, Militão Ribeiro teria criticado, embora indirectamente, a linha de unidade proposta pelo II Congresso Ilegal.

⁶⁰ Idem, p. 17. Ainda sobre este assunto, cf. Dawn L. Raby, op. cit., p. 131.

⁶¹ F. Martins Rodrigues, ibidem.

⁶² Cf. Ramiro da Costa, «O XX Congresso do PCUS e o PCP», in *Estudos Sobre o Comunismo*, N.º 3-4, Maio/Dezembro, 1984, pp. 8-9.

⁶³ Este assunto será abordado mais à frente.

“terramoto” político que abalou o mundo, comunista e não comunista, nomeadamente a crítica ao «estalinismo» feita pelo próprio PCUS, “obrigou” os partidos comunistas a redefinirem as suas estratégias. Nesse sentido, é interessante observar o documento do Comité Central, de Outubro de 1956,⁶⁴ em que se procurou “sintonizar” as posições do PCP com as novas teses do XX Congresso do PCUS. Nele, é feita uma análise da situação política e económica do país, para, em seguida, apresentar as perspectivas políticas para o partido, nomeadamente, a «possibilidade de uma solução pacífica» para Portugal:

«O Comité Central do Partido Comunista Português, ao analisar a evolução da situação nacional e internacional e a crescente desagregação que se opera nas fileiras salazaristas, concluiu que é hoje possível encontrar-se uma solução democrática e pacífica para o problema político nacional, que é possível expulsar do Poder o governo de Salazar sem guerra civil e sem violências.»⁶⁵

As ideias expressas neste documento irão servir de base ao Informe Político apresentado por Júlio Fogaça ao V Congresso do PCP em 1957. A esta situação não é estranha a ligação que o PCP tinha na época com o Partido Comunista de Espanha⁶⁶.

Sobre o V Congresso,⁶⁷ o documento mais importante foi o Informe Político apresentado por «Ramiro» (Júlio Fogaça) – *A Unidade das Forças Anti-Salazaristas Factor Decisivo para a Libertação Nacional*.⁶⁸ A primeira parte do documento diz respeito à análise internacional, “actualizando” os pontos de vista do partido com as concepções do XX Congresso do PCUS, nomeadamente: a aprovação da linha política - «transição pacífica para o socialismo» - e apoio à criação de uma oposição a Salazar nos próximos actos eleitorais (1958). Saudou as intervenções soviéticas em Berlim (1953), na Polónia e na Hungria (1956). Manifestou ainda a adesão à linha da «coexistência pacífica», apoiou os princípios da Conferência da Bandung (1955) e saudou a luta dos povos colonizados. Afirmou a «Unidade do Movimento Operário Internacional», registando o impacto do XX Congresso do PCUS: «Coexistência Pacífica», «Vias para o Socialismo» e o «Culto da Personalidade» a Estaline

⁶⁴ Cf. Comité Central do Partido Comunista Português, *A Situação Política Actual e a Posição do PCP*, 2ª Edição, s. l., Edições *Avante!*, [Abril] 1957. Este documento está reproduzido integralmente em Ramiro da Costa, art. cit., (anexo documental), pp. 29-53.

⁶⁵ Idem, *A Situação Política Actual...*, p. 1.

⁶⁶ *Declaração Conjunta do Partido Comunista de Espanha e do Partido Comunista Português*, Abril, 1956. À semelhança do seu homólogo, o PCP propôs uma *Jornada Nacional Pacífica pela Demissão de Salazar e Santos Costa*. Cf. Dawn L. Raby, op. cit., pp. 131-137. Para uma visão sintética sobre este período, cf. Dawn L. Raby, «A Crise Ideológica da Oposição: o PCP de 1949 a 1957», in *O Estado Novo - das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Volume II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 47-58.

⁶⁷ Cf. Partido Comunista Português, *V Congresso do PCP*, s. l., Edições *Avante!*, Outubro, 1957; Ramiro da Costa, art. cit., (anexo documental), pp. 54-90 [extractos].

⁶⁸ Cf. Ramiro da Costa, idem, pp. 54-66.

(*apenas*⁶⁹ nos últimos anos da sua vida). O PCP, que apoiou Tito, “apressou-se” a repudiá-lo, de acordo com novas as orientações do PCUS. Apoiou ainda as condenação, em 1957, de Malenkov, Molotov e Kaganovich.

Quanto à situação nacional, da análise feita podemos destacar os seguintes pontos: o reforço do poder dos monopólios e dos bancos; o aumento da inflação e a redução do nível de vida do povo; o empobrecimento das massas devido ao monopólio agrário; o comércio externo condicionado; e o corporativismo que favorece os monopólios.

Sobre o problema colonial, o *Informe* apoiou a luta pela independência dos povos coloniais. Este é um dos aspectos mais relevantes deste Congresso e marca, na oposição à ditadura, a primeira declaração formalmente assumida sobre o problema.⁷⁰

Considerando que a Nação está contra Salazar, há necessidade da sua destituição para resolver o problema nacional. Para isso:

«Servindo o povo e o país, o Partido Comunista Português considera que na actualidade é possível solucionar o problema político português num sentido democrático, sem necessidade da luta armada, por meios pacíficos. Para se conseguir tal solução é imprescindível que se ponham de acordo as forças políticas e sociais democráticas e anti-salazaristas de esquerda e de direita.»⁷¹

Como, nas actuais circunstâncias, não é possível atingir o socialismo e o comunismo, o PCP considera o seguinte:

«Somente após o afastamento da governação do País da minoria opressora e violentadora da opinião pública se poderá ir para a formação dum Governo Democrático de Unidade Nacional, representativo de todas as correntes da oposição existentes no País, cabendo a esse Governo restabelecer em Portugal as liberdades democráticas fundamentais e ouvir a voz do povo através de eleições livres.

O Partido Comunista Português, considerando importante que após o afastamento da ditadura salazarista do Poder seja formado um Governo Democrático de Unidade Nacional, não deixará, contudo, de apoiar condicionalmente um governo de homens honrados que, substituindo a camarilha salazarista no Poder, se proponha restabelecer as liberdades fundamentais, reconhecer aos partidos políticos plena liberdade de agitação eleitoral e respeitar a voz do povo através de eleições livres.

⁶⁹ Destacado nosso.

⁷⁰ As colónias foram um assunto de inúmeras vicissitudes, quer no PCP, quer na forças oposicionistas em geral. No caso do PCP, as flutuações foram evidentes ao longo da sua história. De facto, só após o V Congresso é que ficou claramente definido a posição sobre o assunto e que, na minha opinião, se deve às orientações políticas do PCUS para o Movimento Comunista Internacional, do que uma orientação própria do partido. Mais à frente iremos ver a crítica que os marxistas-leninistas irão fazer sobre a ainda posição vacilante do PCP no início da guerra colonial. Sobre o assunto, cf. F. Rosas, art. cit., pp. 3-22; Ramiro da Costa, art. cit., pp. 11-12, 69-70 e 87; Dalila Cabrita Mateus, *A Luta pela Independência. A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1999, pp. 80-84 (contém uma síntese das posições do PCP sobre o problema colonial); e João Madeira, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Ed. Estampa, pp. 274-275 e 323.

⁷¹ Partido Comunista Português, «Programa do Partido Comunista Português – para a conquista da Democracia e melhoria das condições de vida do povo português», in *V Congresso do PCP*, p. 2.

O estabelecimento de uma Constituição verdadeiramente democrática e o cumprimento dos seus princípios pelos governos que ocuparem o Poder, ajudará a garantir a liberdade e a independência nacional e a vencer o atraso económico e cultural que têm sido impostos ao País pela grande burguesia monopolista e semi-feudal.»⁷²

São apresentadas as «Resoluções do Congresso onde se destaca o «Programa Político» pós-Salazar:

«O Partido Comunista Português, após a queda do governo salazarista, apoiará um governo representativo das várias correntes de opinião anti-salazarista que se proponham levar a cabo as seguintes medidas governativas:

1. Estabelecimento das liberdades democráticas (liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de greve, de formação e actuação dos partidos políticos);
2. Libertação de todos os presos políticos e sociais e amnistia a todos os delitos de opinião, com reintegração nos seus lugares de todos os cidadãos demitidos por motivos políticos; revogação das medidas de segurança para delitos políticos e sociais e dissolução do Conselho de Segurança;
3. Dissolução da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa e democratização do aparelho de Estado;
4. Dissolução da PIDE, Legião Portuguesa, extinção dos Tribunais Plenários e do Campo de Concentração do Bié;
5. Resolução dos problemas mais urgentes das classes laboriosas e elevação do seu nível de vida;
6. Extensão às colónias portuguesas de todas as medidas tomadas no sentido da democratização do País;⁷³
7. Restabelecimento de relações diplomáticas, comerciais e culturais com todos os países;
8. Publicação de uma Lei Eleitoral Provisória que estabeleça a representação proporcional e dê direito de voto a todos os cidadãos maiores de 21 anos sem distinção de sexo, grau de instrução, situação económica e raça;
9. Convocação do eleitorado para a eleição de uma Assembleia Constituinte dentro do prazo máximo de 6 meses.

O Partido Comunista Português aceitará, respeitará e lutará para que seja acatada a vontade popular, expressa em eleições livres.»⁷⁴

No Capítulo V - «Programa para a democratização do País e melhoria das condições de vida do povo», na alínea «a)- O Regime Político» é definido como um «sistema parlamentar com uma Câmara única».⁷⁵ Todas estas propostas são uma ampla plataforma política para a unificação das forças de oposição à ditadura.

⁷² Ibidem.

⁷³ Posição limitada em relação ao Informe Político. Este já previa a autodeterminação e a separação - independência: «[...] problema já fora colocado no I Congresso Ilegal, em 1943, no projecto de programa e, agora, numa nova conjuntura, isso é mais evidente depois das experiências africanas - (...) Egipto, Sudão, Tunísia, Marrocos, Gana, etc., determinam possibilidades de cooperação e auxílio entre os povos africanos, são de si mesmo uma garantia da independência política e económica para os outros povos.», in *V Congresso do PCP*, «Informe Político...», p. 21.

⁷⁴ Idem, «Programa Político...», Cap. V, pp.6-7.

⁷⁵ Idem, pp. 7-8.

O projecto de programa que foi aprovado na «V Reunião Ampliada do Comité Central», em Março de 1954, é diferente deste.⁷⁶

Em resumo, o V Congresso é, na sua globalidade, a continuação da «política de unidade das forças antifascistas» levada a um nível tal que quase transforma o PCP numa organização de tipo “social-democrata”. A “necessidade” de unir as forças opositoras a Salazar levou à apresentação destas propostas políticas, muito longe dos ideais marxistas-leninistas. Por este e outros factos, os elementos que irão provocar a cisão em 1963-64 definirão este Congresso como o da «degeneração».

1.3 - A «REORGANIZAÇÃO» DE 1960

Até 1960, o PCP é dominado pela linha política definida pelo V Congresso. Durante essa fase o partido teve algumas hesitações e opções que se revelaram duvidosas, nomeadamente a que se verificou com as presidenciais de 1958.⁷⁷ Nessas eleições, o PCP começou por apoiar o Eng. Cunha Leal⁷⁸, tendo o *Avante!*,⁷⁹ no artigo «Levar à Prática as Resoluções do V Congresso», justificado esse apoio, afirmando a oposição à candidatura do General Humberto Delgado, apelidando-a de fascista. Ainda nesse sentido, o Comité Central elabora uma «Proclamação» onde são explicadas as razões do apoio a Cunhal Leal e a rejeição do candidato Humberto Delgado:

«[...] Apesar das diferenças ideológicas que nos separam, há pontos comuns em que nos identificamos e nos podem unir, como, por exemplo, o combate à política monopolista do governo, a luta pelas liberdades democráticas, a necessidade de ser concedida uma amnistia política total...»⁸⁰

Perante a fracassada tentativa de unidade com os sectores mais à direita da oposição, o PCP procurou uma personalidade progressista, tendo a escolha recaído no Dr. Arlindo Vicente.⁸¹ Contudo, o êxito político da candidatura do General Delgado “obrigou” os dirigentes do PCP a repensarem as suas opções. Em Maio de 1958, num novo panfleto, a

⁷⁶ Idem, «O Partido Comunista Português tem um Programa», (“Melo” – Octávio Pato), p. 1.

⁷⁷ Sobre as Presidenciais de 1958, entre inúmeras obras e artigos, v. *Humberto Delgado – as Eleições de 58*, Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), Lisboa, Ed. Vega, 1998, em especial o artigo de João Madeira, «Uma Primavera Turbulenta», pp. 27-62; e Dawn L. Raby, op. cit., pp. 144-145 e 195-226.

⁷⁸ Sobre esta personalidade, v., por exemplo, F. Rosas e Brandão de Brito, op. cit., pp. 508-510.

⁷⁹ Cf. *Avante!*, N.º 247, Ano 27, Série VI, de Janeiro de 1958.

⁸⁰ Extracto do panfleto *Ao Povo Português Sobre as Próximas Eleições para a Presidência da República*, da Comissão Política do C. C. do PCP, [Lisboa], 7 de Fevereiro de 1958.

⁸¹ V. F. Rosas e Brandão de Brito, op. cit., pp. 1006-1008.

Comissão Política apela ao voto em Humberto Delgado, como representante de toda a oposição.⁸²

Toda esta situação demonstrou «que a linha do PCP de “solução pacífica” era totalmente incorrecta, causando assim, um choque político inesperado para o qual o PCP não estava preparado.»⁸³ O movimento de massas que foi originado pela candidatura de Delgado não teve, por parte do PCP, a resposta adequada. Assim, «havia como que um grande desnível entre a disposição de largos sectores de trabalhadores passarem a estádios de luta superiores e a capacidade de resposta adequada por parte da direcção do Partido Comunista.»⁸⁴ Desta forma, as greves e a «jornada nacional de protesto» estavam desajustadas da realidade.

«Em aberto ficava a contradição entre, por um lado, a radicalização que se vinha manifestando desde o início da campanha eleitoral, que trazia um mar de gente para a rua, que enfrentava a polícia e que requeria respostas face à fraude eleitoral e, por outro, um núcleo dirigente amarrado a uma linha política que apostava no afastamento pacífico de Salazar, com todas as implicações daí resultantes ao nível da política de alianças e dos procedimentos tácticos.»⁸⁵

Foi uma situação de grande agitação social que não foi aproveitada pela oposição e, nomeadamente, pelo PCP. Logo após a fraude eleitoral, não houve qualquer resposta. Desta forma, o movimento de massas foi-se desmobilizando, reaparecendo a ideia de um golpe militar para derrubar o regime.

A 3 de Janeiro de 1960 dá-se a fuga de um grupo de dirigentes do Forte de Peniche. Entre eles figuram A. Cunhal e Francisco Martins Rodrigues. Após esta fuga, o PCP vai sofrer alterações. É o início de uma nova «reorganização». As decisões do Congresso vão ser substituídas por uma “nova” orientação política.⁸⁶ São reintegrados nos respectivos organismos os dirigentes que estiveram presos,⁸⁷ com as consequentes alterações no «aparelho» partidário. É quando Álvaro Cunhal se afirma como o grande dirigente do

⁸² Cf. *Por um Bloco Eleitoral Único*, [Lisboa], 31 de Maio de 1958.

⁸³ In Dawn L. Raby, op. cit., p. 145.

⁸⁴ In João Madeira, «As Greves de Junho-Julho de 1958», in *Humberto Delgado – as Eleições de 58*, pp. 188-212.

⁸⁵ Idem, p. 212. É este radicalismo, sobretudo a falta de acções violentas contra a repressão policial, que vai aumentando e que se salienta no início dos anos 60. Esta perspectiva está relacionada com a ruptura no interior do PCP em 1963-64.

⁸⁶ A. Cunhal vai substituir a linha política aprovada no V Congresso e repor a «política de unidade» e do «levantamento nacional» anteriormente adaptadas. A um outro nível, é feito o controlo da organização através do afastamento de alguns dos membros da anterior direcção.

⁸⁷ Para além de Cunhal, são incluídos na direcção do partido Jaime Serra, Joaquim Gomes, Pedro Soares e Guilherme de Carvalho. Cf. F. Martins Rodrigues, op. cit., p. 23.

partido, sendo posteriormente nomeado secretário-geral.⁸⁸ Nesta perspectiva, é de grande importância o documento da Comissão Política, *Três Problemas de Actualidade*⁸⁹ e o documento do Comité Central, *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção*.⁹⁰ Em relação ao primeiro, representa a afirmação política da nova direcção a nível internacional. O documento é composto por 3 pontos:

Ponto 1 - «A Guerra Pode e Deve Ser Evitada» (pp. 1-3): onde se reafirma o apoio à URSS (confirmação das teses do XX e XXI Congressos do PCUS), à política de «coexistência pacífica» e ao desarmamento; Ponto 2 - «A Eliminação Completa do Regime Colonial Está na Ordem do Dia» (pp. 3-4): onde é apresentada a situação colonial portuguesa e a obstinação de Salazar em resolver o problema perante um possível conflito armado. É ainda manifestado o apoio à autodeterminação e à independência das colónias; Ponto 3 - «A Via Pacífica para o Socialismo e o Derrubamento da Ditadura Fascista» (pp. 4-6): apoio à «transição pacífica para o socialismo».

Quanto ao segundo documento, é de maior importância porque implica alterações a nível do «aparelho» do partido. Este documento reafirma o modelo leninista de organização através da aplicação dos princípios do «centralismo democrático». É interessante notar que o PCP conseguiu manter-se ao longo de tantos anos, mesmo com uma repressão intensa, devido a uma excelente organização partidária. Apesar de algumas vitórias policiais e de, por várias vezes, ter estado à beira da desagregação completa, conseguiu «renascer das cinzas». Isto só é possível com uma disciplina organizativa severa. Este nível de acção, diferente do nível político mas cruzando-se com ele constantemente, não é suficientemente conhecido.⁹¹ Contudo, o documento em causa tem como objectivo fazer a crítica política ao trabalho de organização. Composto por doze pontos, distribuídos por trinta e seis páginas, começa por

⁸⁸ Este cargo não tinha sido ocupado desde a morte de Bento Gonçalves, em 1942. Essa nomeação ocorreu na reunião do Comité Central, em Março de 1961. Cf. *idem*, p. 23.

⁸⁹ Comissão Política do C. C. do PCP, *Três Problemas de Actualidade*, s. l., P. C. P., [Setembro] 1960.

⁹⁰ Comité Central do PCP, *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção*, s. l., Edições *Avante!*, Dezembro, 1960.

⁹¹ Sobre este assunto não há uma bibliografia abundante devido ao secretismo do PCP e dos seus dirigentes. O que se sabe deve-se a alguns militantes que saíram ou foram expulsos do partido. V. José Pacheco Pereira, *A Sombra – Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993; Fernando Gouveia, *Memórias de Um Inspector da PIDE – I. A Organização Clandestina do PCP*, 2ª Edição, Lisboa, Delraux, 1979; e Ana Barradas, «Anos 40 – as Clandestinas», in *História*, Ano XVIII (Nova Série), N.º 17, Fevereiro, 1996, pp. 40-49. Um outro aspecto não menos importante é a formação política e cultural dos membros do partido e, nomeadamente, dos seus dirigentes. Essa formação era baixa uma vez que as pessoas eram recrutadas ainda muito jovens, com uma instrução reduzida, obrigadas, por esse facto, a se tornarem-se autodidactas. Como exemplos, ver no *site* da Internet - www.pcp.pt - «O Homem dos Sete Instrumentos», entrevista com Sérgio Vilarigues publicada no *Avante!* de 15 de Fevereiro de 1996 e «Os 50 anos do MUD Juvenil», entrevista com Octávio Pato também publicada no *Avante!*, em 21 de Março de 1996.

explicar as limitações da aplicação do «centralismo democrático» nas condições de ditadura. Desta forma, procura justificar algumas decisões tomadas sem que para tal os organismos do partido, da base até ao topo, participassem nas discussões. Por outras palavras, a situação de ditadura limitava a «democracia interna». É feita uma análise retrospectiva do trabalho organizativo realizado desde 1929,⁹² pondo em causa a crítica feita contra o «excesso de centralismo» e o papel do Secretariado na direcção do partido.⁹³ É ainda criticada a «tendência anarco-liberal» devido à falta de «disciplina partidária», prejudicando a «unidade do partido». «[O] relaxamento da disciplina [...] agravada pela tendência anarco-liberal, têm resultado graves prejuízos para o Partido, incluindo numerosas prisões de camaradas responsáveis.»⁹⁴ O «autonomismo», o «nivelamento», o «igualitarismo» e o «rotativismo» nos cargos de direcção, são, segundo o documento, manifestações «pequeno-burguesas» que podem levar à destruição do partido.⁹⁵ No seguimento da crítica ao «culto da personalidade» feita a Estaline durante o XX Congresso do PCUS, também o PCP procurou combater esse mal. Para tal, a própria figura de Cunhal não foi poupada.⁹⁶ Assim,

«Na sua aplicação prática, a tendência anarco-liberal conduziu a uma situação caótica e anárquica existente em fins de 1959 no trabalho de direcção central. [...] As dificuldades na organização do trabalho de direcção provocadas pela tendência anarco-liberal conduziram à transformação do problema de direcção no mais absorvente problema nas preocupações e discussões da Direcção central, desviando assim as atenções e esforços do Partido das suas tarefas políticas e organizativas e prejudicando gravemente o aproveitamento das condições objectivas particularmente favoráveis.»⁹⁷

Em resumo, a «reorganização» de 1960 iniciou-se com o controlo do «aparelho» partidário, condição *sine qua non* para a alteração da linha política aprovada no V Congresso. A derrota dessa linha política levou à implantação das orientações anteriores a 1956-57, ou seja, as orientações políticas do II Congresso Ilegal – o «Levantamento Nacional».⁹⁸ A luta contra o fraccionismo, pela centralização política e organizativa, limitaram a discussão interna. Este aspecto é relevante na medida em que os organismos centrais controlam todo o debate interno e impedem que as diferenças políticas possam

⁹² Comité Central do PCP, *A Tendência Anarco-Liberal...*, pp. 4-9.

⁹³ *Idem*, pp. 9-19.

⁹⁴ *Idem*, p. 22.

⁹⁵ *Idem*, pp. 19-28.

⁹⁶ Esta situação é caricata uma vez que revela o «seguidismo» do PCP em relação ao PCUS. Por outro lado, a «Biografia Política» de Álvaro Cunhal feita pelo PCP, foi elaborada por Júlio Fogaça, dirigente preponderante no partido (preso em 1960) e posteriormente expulso.

⁹⁷ Comité Central do PCP, *A Tendência Anarco-Liberal...*, p. 36.

⁹⁸ Sobre isso, v. Partido Comunista Português, *O Desvio de Direita no Partido Comunista Português nos Anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*, s. l., Edições Avante!, Março, 1961. Este documento político só surge após o

surgir. Esse é um dos aspectos que se vai voltar a verificar aquando da ruptura de F. Martins Rodrigues e de mais alguns militantes com o Comité Central e com o partido.⁹⁹

controlo do «aparelho» partidário. Só desta forma é que era possível inverter as orientações políticas em vigor deste 1957.

⁹⁹ A este propósito e com uma argumentação semelhante com as do grupo de F. Martins Rodrigues (1963-1964), v. ICS-AHS, Pasta PCP, N.º JL 239, Panfl. 75, *Carta Aberta aos Militantes do Partido Comunista Português e Revolucionários Portugueses*, s. l., 15 de Junho de 1970, 25 págs. [policopiado]. Manifesto assinado por «Albano», «Alexandre», «Fernando», «Mário» e «Paulo», onde são expostas as críticas à direcção do PCP, nomeadamente a linha política e a actuação do Partido. Destacam-se as acusações de que o PCP não é revolucionário e que a disciplina partidária «mais não era do que instrumento de domínio e de defesa da direcção.» (p. 1) Os desacordos eram levados à direcção mas não eram dados a conhecer ao Partido, impedindo, deste modo, o “fraccionamento”. É um «centralismo burocrático».

2. A RUPTURA NO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

Com a morte de Estaline a 5 de Março de 1953, abre-se um período novo na História da União Soviética e do Movimento Comunista Internacional. Entre os finais dos anos 50 e princípios dos anos 60, assiste-se a uma ruptura no campo socialista por razões que se prendem, entre outros aspectos, com o controlo político e ideológico do Movimento Comunista Internacional exercido pela URSS. A nova potência emergente, a China, vai encabeçar essa dissidência, arrastando consigo um conjunto de países e de partidos comunistas um pouco por todo o mundo.

2.1 - O XX CONGRESSO DO PCUS

Tradicionalmente, o XX Congresso do PCUS, realizado entre 14 e 26 de Fevereiro de 1956 em Moscovo, é o marco histórico a partir do qual se referencia o início das divergências entre os comunistas. Entre outros assuntos, o Congresso refere a existência de um «sistema socialista mundial», defensor da paz, contra o imperialismo chefiado pelos EUA, e a desagregação do sistema colonial, de onde resultaria a existência de uma «zona de paz» compreendendo os países socialistas e os países não alinhados.¹⁰⁰ Por esses motivos, era necessário implementar uma política de «coexistência pacífica» entre sistemas diferentes para a manutenção da paz mundial. A partir deste princípio, foi apresentada a teoria do «desenvolvimento próprio de cada país na construção do socialismo» para depois rematar com a possibilidade da «transição pacífica para o socialismo».¹⁰¹

Estas orientações, fora da ortodoxia marxista-leninista, punham em causa as posições políticas anteriormente assumidas pela URSS. Em causa estava também, implicitamente, a maneira monolítica e centralista como Estaline tinha exercido o poder. Desta forma, é “natural” a apresentação, por parte de Nikita Kruschchov, do «Relatório Secreto» sobre Estaline, onde são denunciados os crimes, as violações, as mortes e toda uma série de perversões feitas sob a sua orientação. É a crítica ao «culto da personalidade»,¹⁰² à

¹⁰⁰ Cf. Ramiro da Costa, «O XX Congresso do PCUS e o PCP», in *Estudos Sobre o Comunismo*, N.º 3-4, Maio/Dezembro, 1984, pp. 3-10

¹⁰¹ Idem, pp.3-4.

¹⁰² O princípio de todos os males, segundo o relatório.

«megalomania» e à «loucura» desse dirigente que, durante décadas, foi louvado como o «Pai dos Povos».¹⁰³

Esse relatório, bem como as conclusões do XX Congresso («coexistência pacífica» e «transição pacífica para o socialismo»), provocaram uma grande agitação entre os comunistas de todo o mundo. Habitados a venerarem a figura de Estaline e da «pátria soviética» como o **modelo** político, social, económico e cultural, estas conclusões “obrigaram” a uma redefinição das posições políticas nos partidos comunistas, de forma a se adequarem ao modelo central.¹⁰⁴

2.2 - AS CONFERÊNCIAS DE 1957 E 1960

É neste contexto que se realiza a reunião dos *Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas* (Moscou – 1957).¹⁰⁵ Estiveram presentes, para além do PCUS, os seguintes partidos: Partido do Trabalho da Albânia, Partido Socialista Unificado da Alemanha (RDA), Partido do Trabalho da Coreia, Partido Democrático Revolucionário da Mongólia, Partido Socialista Operário da Hungria, Partido Comunista da Bulgária, Partido Operário Unificado da Polónia, Partido dos Trabalhadores da Roménia, Partido Comunista da Checoslováquia e o Partido do Trabalho do Vietname. A «Declaração Final» foi aprovada por unanimidade, sendo constituída por 4 pontos, resumidos desta forma:

Ponto 1: Oposição do campo socialista ao campo capitalista e apoio ao princípio da «coexistência pacífica»; Ponto 2: Unidade e cooperação no campo socialista; referência especial à República Popular da China¹⁰⁶ e necessidade do reforço do Pacto de Varsóvia; Ponto 3: Reafirmação dos princípios do marxismo-leninismo,¹⁰⁷ assinalando os perigos

¹⁰³ V. *Relatório Secreto de Nikita Kruchchev ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, Faro, Editora Sotavento, s. d., pp. 17-84. Cf. Ramiro da Costa, art. cit., p. 4.

¹⁰⁴ Situação que também se verificou com o PCP, como «partido derivado». Cf. Comité Central do PCP, *A Situação Política Actual e a Posição do PCP*, 2ª Edição, s. l., Edições *Avante!*, [Abril] 1957; e Comissão Política do CC do PCP, *Três Problemas de Actualidade*, s. l., P. C. P., [Setembro] 1960. Sobre o conceito de «partido derivado», cf., Carlos Gaspar, «Histórias do PCP: a Tese da “Revolução Democrática e Nacional”», in Carlos Gaspar e Vasco Rato, *Rumo à Memória – Crónicas da Crise Comunista*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, pp. 13-20.

¹⁰⁵ Cf. *Declaração dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas em Moscovo – 1957*, s. l., s. e., s. d..

¹⁰⁶ Como potência emergente no plano internacional e, particularmente no campo socialista, a China esteve ausente da *Conferência*.

¹⁰⁷ Tais como: a «Revolução Proletária», a «Direcção do Partido», a «Aliança Operário-Camponesa-Trabalhadores» (pequena e média burguesia), a «Abolição da Propriedade Privada», a «Transformação Socialista da Agricultura» e o «Internacionalismo Proletário».

decorrentes do revisionismo, do dogmatismo e do sectarismo; Ponto 4: Reafirmação a «Luta pela Paz e pela consolidação do campo democrático e socialista», apontando a possibilidade de haver diferentes formas de passagem ao socialismo – «passagem pacífica» através de uma «frente popular» para atingir uma maioria parlamentar [ou seja, a possibilidade de um golpe de estado constitucional] em colaboração com os socialistas.¹⁰⁸

Em Novembro de 1960, também em Moscovo, realiza-se uma nova Conferência Internacional por ocasião da comemoração do 43º Aniversário da Revolução Russa.¹⁰⁹ Nesse evento, estiveram presentes 81 partidos, incluindo o PCP. A *Declaração Final* foi aprovada por unanimidade, como era norma.¹¹⁰

Esse documento é constituído por um «Preâmbulo» e seis capítulos, onde são reafirmados os princípios da Conferência de 1957. É estabelecida uma ligação entre a revolução socialista e a luta de libertação nacional, destacando o papel das burguesias nacionais como forças anti-imperialistas. É feita uma saudação à revolução cubana (1959)¹¹¹ e às várias insurreições no mundo, concluindo que $\frac{1}{3}$ da Humanidade está no campo socialista, em parte fruto da política de «coexistência pacífica» que impede os EUA de serem mais agressivos e expansionistas. É apresentado o binómio - EUA = imperialismo = guerra *versus* Campo Socialista = Paz. Salientando o papel da Alemanha, conclui sobre a importância da defesa da RDA.¹¹² São assinalados os diversos conflitos, principalmente anti-coloniais existentes no oriente e em África, e feita a condenação da variante socialista jugoslava (1948) – o «titismo» - como teoria revisionista, para finalmente concluir que o PCUS é a vanguarda do Movimento Comunista Internacional.

Qual a importância destas Conferências? A importância decorre do facto de serem reuniões nas quais o PCUS procura impor uma nova linha geral para o movimento comunista internacional e tenta reafirmar a sua hegemonia política e ideológica, o que é aparentemente conseguido. Além disso, são os princípios aprovados nessas conferências que são sistematicamente referidos como princípios de unidade durante todo o debate no interior do

¹⁰⁸ Este aspecto parece uma reedição das conclusões do VII Congresso da Internacional Comunista, apesar das diferenças temporais.

¹⁰⁹ *Todos os Materiais da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários Reunidos em Moscovo por Ocasião do 43º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro*, s. l., Edições *Avante!*, [FEV] 1961.

¹¹⁰ Apesar da unanimidade, as divergências existiram mas foram “ultrapassadas” com a *Declaração Final*.

¹¹¹ É um apelo aos revolucionários cubanos para “alinham” com a URSS. A chamada «Revolução Cubana» foi uma revolução ideologicamente híbrida. Foram as pressões exercidas pelos EUA que levaram os cubanos a entrar na “órbita” da URSS.

¹¹² Assim se explica o poder militar soviético que existia nessa zona e o que o chanceler Helmut Kohl teve de pagar aos russos em 1989.

Movimento Comunista. São conferências normativas, de acordo com o novo contexto internacional e com as alterações políticas verificadas na URSS após a morte de Estaline. É também coincidente com o início de um amplo movimento anti-colonial que começa a ter uma expressão significativa, principalmente na Ásia e em África, ao qual a URSS e o Movimento Comunista Internacional não podem ficar indiferentes devido ao contexto da «guerra fria» e à criação de «áreas de influência» entre as superpotências. Por outro lado, o crescente papel que a China começa a ter no panorama internacional¹¹³ põe de sobreaviso a URSS. Assim, a importância do reconhecimento formal do papel vanguardista da União Soviética no campo da «paz» e do «socialismo» marca uma posição hegemónica no plano mundial

Esta situação prefigura uma confrontação entre os dois maiores países socialistas, (1958, começo das desconfianças mútuas; 1963-1964, ruptura definitiva).¹¹⁴

2.3 - O PCP E O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

É neste contexto que alguns dirigentes do PCP, nomeadamente A. Cunhal, após a fuga da prisão de Peniche, saem do país e passam a trabalhar no «exterior». Nessa nova situação, vai ser de enorme importância o papel que Cunhal irá exercer no Movimento Comunista Internacional ao serviço da URSS. Por exemplo, foi através dele que os soviéticos procuraram aproximar-se de Tito.¹¹⁵

O Comité Marxista Leninista Português (CMLP), no seu *Órgão Revolução Popular*,¹¹⁶ inventaria o papel do PCP durante este período, destacando o documento de Setembro de 1960 da Comissão Política do Comité Central, *Três Problemas de Actualidade*,

¹¹³ Ver, por exemplo, o papel da China na Guerra da Coreia.

¹¹⁴ Sobre as divergências no Movimento Comunista Internacional, v. Partido Comunista da China, *Proposta Sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional*, s. I. [Lisboa], Edições *Unidade Popular*, 1974, carta de 14 de Junho de 1963 (resposta a uma carta do CC do PCUS de 30/03/1963), vulgarmente conhecida como «Carta dos 25 Pontos». Ainda sobre as divergências sino-soviéticas e albaneso-soviéticas, v. Mao Tse-Tung, *Divergências*, s. I., s. e., s. d. [1971], pp. 19-151; e os textos de Enver Hoxha, *Obras*, Vol. 19, Lisboa, Edições *Bandeira Vermelha*, 1976; *Combater o Revisionismo – Uma Tarefa Revolucionária*, s. I. [Lisboa], Edições Maria da Fonte, s. d. [1975]; e *O Imperialismo e a Revolução*, Lisboa, Edições *Bandeira Vermelha*, 1978 (onde é feita uma retrospectiva da ruptura entre os albaneses e os soviéticos, para se centrar, fundamentalmente, nas divergências e posterior ruptura entre os albaneses e os chineses). Uma cronologia sobre este assunto, ver, por exemplo, Ramiro da Costa, «Cronologia – da Morte de Estaline ao Afastamento de Kruschchov», in *Estudos Sobre o Comunismo*, N.º 3-4, Maio/Dezembro, 1984, pp. 16-25.

¹¹⁵ Segundo o *Revolução Popular*, N.º 1, Outubro, 1964, p. 11, a Rádio Belgrado teria informado que, em Setembro, Cunhal havia passado férias na Jugoslávia, tendo realizado conversações com dirigentes desse país. Como partido pequeno e marginal, o PCP representava bem o papel de elemento de ligação entre a URSS e a Jugoslávia. É nessa situação que o prestígio internacional de Cunhal aumenta consideravelmente.

¹¹⁶ Idem, p. 21.

onde, segundo eles, é feito um ataque velado ao Partido Comunista da China. Em Outubro de 1961, no XXII Congresso do PCUS, A. Cunhal faz um ataque ao Partido do Trabalho da Albânia. Em 19 de Janeiro de 1963, no Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, Francisco Miguel emite uma declaração contra o PC da China e o PT da Albânia.¹¹⁷ Em Agosto de 1963, é publicado um informe de A. Cunhal e um comunicado onde é criticada a China e a Albânia, acusando-as de «cisionistas» e “reabilitando” Tito.

É este o panorama no seio do Movimento Comunista Internacional. O «cisma»¹¹⁸ que se verificou e que chegou a criar uma situação política e militar de confrontação entre a URSS, por um lado, e a China e a Albânia,¹¹⁹ por outro, deu lugar a uma divisão política e ideológica profunda. Nesse sentido, foi natural o reflexo que estas contradições tiveram em todos os países. É também neste contexto que surge a designação de «maoísmo» e de «maoístas» aos defensores da posição chinesas e às organizações políticas que foram criadas para combaterem o «revisionismo». Muitas dessas organizações nasceram de uma cisão no partido comunista. No caso português, apesar da importância desse «cisma», não foi a confrontação entre a URSS e a China a razão directa da cisão verificada.

¹¹⁷ Ibidem. Cf. F. Martins Rodrigues, op. cit., p. 28.

¹¹⁸ Divisão do Movimento Comunista Internacional em dois campos – URSS e China.

¹¹⁹ Essas confrontações vão do corte de relações diplomáticas até às escaramuças armadas junto à fronteira, nomeadamente a fronteira sino-soviética. Para além disso, no caso chinês, estas divergências acentuaram-se com o afastamento de alguns dirigentes importantes, acusados de conspirarem a favor dos soviéticos. Por outro lado ainda, as disputas entre a URSS e a China reflectem-se também no apoio aos movimentos anti-coloniais que surgem ao longo dos anos 60 e 70.

3. PORTUGAL: 1960-1965

Este é um período crucial na evolução política nacional. *Grosso modo*, as balizas cronológicas vão desde a fuga de Peniche de um grupo de dirigentes do PCP,¹²⁰ até à consumação da ruptura política no interior do Partido Comunista, com o consequente aparecimento de novas organizações que se reclamam verdadeiramente marxistas-leninistas, nomeadamente, o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP).¹²¹

No entanto, estas balizas (1960-65) não são rígidas. As presidenciais de 1958 podem ser consideradas como os antecedentes das conflitualidade política, cujo o auge é o período de 1961-62, e que revelou a incapacidade do PCP de responder à violência policial e às novas formas de luta política. Por outro lado, as contradições ideológica no interior do movimento comunista em Portugal, que se verificaram especialmente em 1963 e que levam à cisão em 1964, prolongaram-se até 1965. É a fase da produção das bases ideológicas que justificam a ruptura. É também o período em que o PCP realiza o seu VI Congresso e onde a liderança de Cunhal é indiscutível.

No final de 1965 e em Janeiro de 1966, com a prisão dos principais dirigentes da FAP-CMLP, cessa essa experiência política, pelo menos na sua primeira fase.¹²²

3.1 - A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

Após as eleições presidenciais de 1958, o regime salazarista começa o seu lento declínio. Diz Dawn L. Raby:

¹²⁰ Esta fuga permite reintegrar um conjunto de dirigentes que irão controlar o «aparelho» do partido e alterar a linha política do V Congresso. É uma nova fase na vida do PCP. Ver, no presente trabalho, o ponto «1.3 - A “Reorganização” de 1960».

¹²¹ A Frente de Acção Popular (FAP), originariamente uma organização «frentista» de carácter revolucionário armado criada em Janeiro de 1964, confundiu-se com o CMLP. Fora deste trabalho ficou o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), onde se destacou Manuel de Lucena.

¹²² Não será propriamente o fim deste movimento. É, contudo, o fim de uma fase que teve o mérito de criar e de cimentar uma área política e ideológica que ainda hoje não desapareceu. O que se verificou depois de 1964-65 foi a proliferação de novas organizações com base nos pressupostos ideológicos da ruptura com o PCP. Sobre este assunto, cf.: Comité Marxista-Leninista Português, *As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português*, s. l., Edições CMLP, Junho, 1966 [policopiado]; *Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP*, «1964-1968: a Luta dos Marxistas-Leninistas Portugueses em Busca da Linha Justa», N.º 1, Janeiro, 1969, pp. 15-28; João Paulo Martins e Rui Loureiro, «A Extrema-Esquerda em Portugal (1960-74): Os Marxistas-Leninistas e os Trotskistas», in *HISTÓRIA*, Lisboa, N.º 17, Março, 1980, pp. 8-23; Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 2º Volume: 1930-1975, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979, pp. 160-164 e 199-212; *Foice e Martelo - Órgão Teórico da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa - OCMLP*, s. l. [Porto], N.º 1, Fevereiro, 1975.

«Os cinco anos que decorreram entre 1958 e 1962, constituíram um período de grave crise para o regime de Salazar. Iniciado com a campanha eleitoral de Delgado em Maio-Junho de 1958, continuou com a Revolta da Sé em Março de 1959, as fugas da prisão dos dirigentes do PCP em Janeiro e Dezembro de 1961 e de Henrique Galvão em Janeiro de 1959, o desvio do paquete *Santa Maria* em Janeiro de 1961 e, no mês seguinte, o deflagrar da guerra colonial em Angola, a tentativa de golpe militar de Botelho Moniz em Abril do mesmo ano, o desvio de um avião da TAP em Novembro de 1961 e a perda de Goa em Dezembro; e, finalmente, 1962 começava com a revolta de Beja, em 1 de Janeiro, para continuar com a crise estudantil e manifestações de protesto de trabalhadores, culminando a agitação popular dos dois anos anteriores.»¹²³

Ainda durante o ano de 1961, assiste-se à reconstituição da «Juventude Comunista»¹²⁴ - sob a direcção de Carlos Costa - e à criação da Junta Patriótica. Em 1962, para além das manifestações no Porto, a 31 de Janeiro e a 6 de Março, regista-se a 1 de Maio uma manifestação em Lisboa com 50 000 pessoas. Ainda neste ano é criada, em Dezembro, a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN).¹²⁵

Este panorama dá-nos, resumidamente, o quadro social deste período. De notar que, para além das greves,¹²⁶ das manifestações e das acções golpistas, deu-se início à luta armada nas colónias portuguesas em África.¹²⁷ Este ponto é capital para o próprio regime uma vez que o atinge na sua essência. Desta forma, ficou revelada a incapacidade do «Estado Novo» de resolver os problemas da sociedade portuguesa, em geral, e o problema colonial, em particular. É um período em que, segundo alguns, se viveu uma «situação revolucionária» ou «pré-insurreccional» e em que os alicerces do regime salazarista foram abalados. Por este facto, dever-se-ia ter caminhado para formas de luta onde houvesse lugar para as acções violentas, numa perspectiva de alteração radical da sociedade portuguesa.¹²⁸

¹²³ In Dawn L. Raby, op. cit., p. 149. Cf., Ramiro da Costa, «Cronologia...», pp. 20-25; e ainda, F. Martins Rodrigues, op. cit., pp. 25-29.

¹²⁴ Já sem o MUD Juvenil, o PCP teve necessidade de criar uma organização política para a juventude como resposta à crescente contestação ao regime feita pelo sector estudantil universitário. Sobre a crise académica de 1962, v., por exemplo, Nuno Caiado, *Movimento Estudantil em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Cadernos I. E. D. 1990; Marta Benamor Duarte, «Direito à Autonomia Associativa», in *História*, Ano XX (Nova Série), N.º 4-5, Julho/Agosto, 1998, pp. 50-61; José Medeiros Ferreira, «O Movimento Estudantil nos Anos Sessenta», in Maria Cândida Proença (coord.), *Maio de 1968: Trinta Anos Depois. Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri, 1999.

¹²⁵ F. Martins Rodrigues, op. cit., pp. 25-29.

¹²⁶ Sobre a agitação social, particularmente no Alentejo e no Ribatejo, cf., Gervásio, António, *Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do País*, Lisboa, Edições *Avante!*, 1996; e Paula Godinho, «O Couço em 1962», in *História*, Ano XVIII (Nova Série), N.º 18, Março, 1996, pp. 22-31. Sobre todo o período de 1960-62, cf. Dawn L. Raby, op. cit., pp. 150-160.

¹²⁷ Na Guiné em 1959, em Angola em 1961 e em Moçambique em 1963.

¹²⁸ Esta era a posição dos dirigentes e militantes que vieram a romper com o PCP. Outra opinião, coincidente com a do PCP, pelo menos com a sua prática política, é a de José Manuel Tengarrinha: «[...] a verdade é que esta agitação, [...] não tinha as características de torrente contínua e em crescendo, que essa, sim, seria indiciadora de um grau superior de luta. Além de que todo este quadro, [...] carecia de uma correspondência no

No plano internacional, este é também um período de grande tensão devido à confrontação entre as superpotências e ao «cisma» no movimento comunista internacional. Os exemplos da revolução cubana e da guerra na Argélia influenciaram algumas organizações políticas e movimentos de libertação nacional em algumas colónias, nomeadamente em África.

3.2 - O IDEÓLOGO – FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

Francisco Martins Rodrigues («Xico»), de acordo com a «Biografia Prisional» feita pela PIDE,¹²⁹ nasceu em Moura a 21 (ou 24) de Novembro de 1927. Preso pela primeira vez a 11 de Novembro de 1950, foi solto a 27 de Janeiro de 1951. Cerca de um ano depois, a 3 de Janeiro de 1952, foi novamente detido, tendo passado mais dois meses na prisão, até 15 de Março. A 9 de Novembro desse ano foi uma vez mais preso mas solto a 31 de Dezembro de 1952. Estas prisões, todas por “curtos” períodos, foram, de acordo com o registo citado, para averiguações. Contudo, quando a 5 de Março de 1957 foi novamente preso, a PIDE registou que era «suspeito de pertencer à associação secreta e subversiva denominada “partido comunista português”»¹³⁰. Foi julgado no Tribunal Plenário Criminal de Lisboa em 22 de Julho de 1958, «tendo sido condenado na pena de 3 anos de prisão maior, na suspensão dos direitos políticos durante 15 anos, na medida de segurança de internamento, indeterminado, de 6 meses a 3 anos, prorrogável, e no mínimo de imposto de justiça.»¹³¹ Evadiu-se de Peniche a 3 de Janeiro de 1960, juntamente com A. Cunhal e outros dirigentes do PCP. A 30 de Janeiro de 1966 foi recapturado. Julgado a 25 de Novembro de 1967, foi condenado à pena unitária de 15 anos de prisão. Após outras condenações durante a sua prisão, foi novamente julgado em 12 de Maio de 1970,¹³² sendo transferido de Caxias para Peniche a 26 desse mês. A sua libertação só se verificou depois do 25 de Abril.

Francisco Martins Rodrigues teve um papel determinante na corrente que se formou no interior do Comité Central do PCP e que depois cindiu com o partido. Foi o elemento mais emblemático e o mais esclarecido. São dele os principais textos teóricos que

plano político, para o que contribuía a ausência de uma direcção unitária suficientemente organizada da Oposição.», art. cit., pp. 406-407.

¹²⁹ Cf. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, *Presos Políticos no Regime Fascista V (1949-1951)*, Mem Martins, 1987, pp. 195-197.

¹³⁰ Idem, p. 195.

¹³¹ Idem, p. 196.

¹³² Cf. F. Martins Rodrigues, *Defesa no Tribunal Plenário (Maio de 1970)*, s. l., Socorro Vermelho Português, 1970.

fundamentam a ruptura política e ideológica de 1963-64. No entanto, o «centralismo democrático» do PCP acabou por se impor às divergências internas, quer sobre a linha política do PCP, quer sobre o posicionamento do partido na conjuntura internacional, nomeadamente, nas posições que tomou sobre o diferendo entre a URSS e a China.

Vejamos, resumidamente, o que o Comité Central do PCP refere sobre sua expulsão.¹³³ «Serpa»/«Campos» entrou para o partido em 1951. Em 1960, depois da fuga de Peniche, é cooptado para suplente do CC e, posteriormente, passa a membro efectivo. Em 1951, 1953 e 1955, foram-lhe atribuídos erros de sectarismo, de esquerdismo e de oportunismo de direita. Em 1962-63, faz parte da Comissão Executiva do CC. Em 1963 entra em divergências com o Partido, manifestando deficiências no trabalho e criando dificuldades à Comissão Executiva.¹³⁴ Em Agosto desse ano, na Reunião do CC, afasta-se do marxismo-leninismo. Não dá ouvidos aos conselhos do CC, numa atitude de auto-suficiência e de presunção. Nos finais de 1963, desertou das instalações do Partido, não cumpriu as tarefas atribuídas e recusou-se a restituir os documentos e outros haveres. Gastou os fundos do Partido em proveito próprio.¹³⁵ Por esses factos e apesar de ter havido tentativas de reconciliação, Francisco Martins Rodrigues foi expulso. As razões apontadas são as seguintes: actividade cisionista e anti-partido, ambição e presunção pessoal, apregoava a indisciplina e procura arrastar outros elementos na luta contra o Partido e o CC – acções divisionistas e provocatórias – passou para o campo dos *inimigos do partido*.¹³⁶

Nesta Circular de Janeiro de 1964, não são apresentadas justificações das acusações nem das divergências políticas. Os ataques centram-se em aspectos pessoais - ambição, desonestidade e presunção. Naturalmente que o visado respondeu, procurando contra-argumentar, já fora do PCP e em ruptura completa com o partido.

¹³³ ICS-AHS, pasta CMLP-I, N.º JL 164, Publ. 164, Comité Marxista-Leninista Português, *A Expulsão dum Membro do Comité Central do Partido Comunista Português*, s. l., CMLP, Julho, 1964 [policopiado]. Este documento contém a Circular do CC do PCP - «Aos Militantes do Partido» - sobre a expulsão de F. Martins Rodrigues – o «renegado», como ficou conhecido no PCP.

¹³⁴ As dificuldade referidas são as cartas que F. Martins Rodrigues envia ao CC, questionando sobre as orientações políticas do partido. No documento citado na nota anterior, estão registadas, sumariamente, todas as cartas enviadas entre 1960 e 1963, pp. 4-7.

¹³⁵ Segundo a opinião de J. Pacheco Pereira, era este o tipo de argumentação usado com os elementos expulsos do PCP. Cf. *A Sombra...*, Lisboa, Gradiva, 1993, pp. 98-108.

¹³⁶ Itálico nosso. In Comité Marxista-Leninista Português, *Expulsão...*, pp. 1-2. Expressão típica aplicada ao ex-militantes.

3.3 - OS PONTOS DE RUPTURA

Os pontos de ruptura foram sendo clarificados durante o ano de 1963 e desenvolvidos nos dois anos seguintes. No entanto, a reunião de Agosto do CC do PCP marca o ponto a partir do qual já não há conciliação possível: «A reunião de Agosto [...] teve o grande mérito de ter colocado frente a frente duas linhas divergentes para a actividade do Partido».¹³⁷ As duas linhas divergiam em três pontos essenciais: «a via para o levantamento nacional e a questão da luta armada; a direcção proletária da nossa revolução e a política da unidade nacional antifascista; a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo.»¹³⁸ Estas questões são as bases para a criação de uma alternativa política à «esquerda» do PCP.

Segundo F. Martins Rodrigues, «O traço característico da nova fase da luta em Portugal [1961-1963] é o aparecimento da acção armada como forma de luta que tenderá a tornar-se cada vez mais determinante em relação a todas as outras.»¹³⁹ Para isso, as condições que determinam essa forma de luta eram: o início da guerra colonial, a realização de actos violentos e a separação da «corrente revolucionária» da «corrente reformista» no interior do movimento antifascista devido à «radicalização da luta de massas». Paralelamente, os sectores da oposição democrática estavam mais interessados «num “golpe militar” e na “conspiração de palácio”, como forma de evitar um movimento revolucionário.» Assim, existia «uma crise revolucionária em Portugal.»¹⁴⁰

Esta é a posição de princípio na apreciação da situação política à qual o PCP se opõe. Às críticas de «esquerdismo», de «radicalismo pequeno-burguês» e de «aventureirismo» feitas pelo partido,¹⁴¹ respondem os dissidentes com o retorno à “pureza” do marxismo-

¹³⁷ In Francisco Martins Rodrigues, («Campos»), *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, 3ª Edição, s. l. [Lisboa], Edições *Unidade Popular*, 1974, p. 9.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Idem* p. 15.

¹⁴⁰ *Idem*, pp. 16-18.

¹⁴¹ Naturalmente que o PCP criticou esta dissidência. Alguns exemplos: Á. Cunhal, *Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português*, s. l., Edições *Avante!*, 1965, particularmente os 2 últimos capítulos: «Contra o Oportunismo de Direita e Contra o Esquerdismo», pp. 118-124, e «Pela Unidade do Movimento Comunista Internacional», pp. 124-130; Á. Cunhal, *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, 2ª Edição, Lisboa, Edições *Avante!*, 1994; Á. Cunhal, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1975, pp. 25-44 e 111-118; e, ICS-AHS, Pasta PCP, N.º JL 88, Publ. 88, «Alberto», *Para uma Estratégia Revolucionária*, s. l., Cadernos de Divulgação Marxista-Leninista, Outubro, 1966, [policopiado]. Esta brochura analisa o seguinte: o papel da Revolução Cubana e as suas influências político-militares; as propostas políticas da FAP; o mito do General Delgado; a guerra de guerrilha como sinónimo de posição «esquerdista»; o enquadramento das acções armadas com a luta política de massas; e as perspectivas insurreccionais e as dificuldades a superar. Conclui que o «aventureirismo» e o «radicalismo revolucionário» não tinham qualquer consistência. Fora do PCP, não havia organização política capaz que

leninismo, à recuperação das fontes ideológicas, ou seja, à ortodoxia. A «revolução proletária»,¹⁴² como uma “necessidade histórica”, deveria levar o PCP a caminhar no sentido da luta armada. No entanto, essa falta de perspectiva da revolução tem, segundo F. Martins Rodrigues, explicação.

«[...] julgando a revolução muito longínqua e desabitando-se de pensar nela, eles [os dirigentes] deixaram de estudar o processo revolucionário como um todo, passaram a pôr todas as suas esperanças e perspectivas em tais ou tais etapas, e levaram a pouco e pouco estas à categoria de objectivos em si mesmos, deixaram de ver nas acções parciais a função única e exclusiva de fazer a educação revolucionária das massas e permitir-lhes marchar à revolução, e passaram a ver nelas o meio de obter certas posições como condição prévia para passar à revolução. Os dirigentes do Partido passaram assim lentamente nos últimos 20 anos numa posição revolucionária perante as lutas de massas para uma posição burocrática de fundo reformista.»¹⁴³

Se em relação à «via para o levantamento nacional» e à «questão da luta armada» o PCP tinha uma posição que ficava aquém das expectativas e daquilo que o leninismo definia, pelo menos na opinião de alguns, no que respeita à «direcção da revolução» e à «política da unidade nacional antifascista», a situação era também problemática. Esta linha de «unidade» impedia o PCP de se autonomizar em relação aos sectores da oposição democrática. Sendo a sua espinha dorsal, condiciona as orientações políticas, particularmente a nível nacional.

A esse propósito, reportemo-nos ao *Revolução Popular*,¹⁴⁴ porta-voz do Comité Marxista Leninista Português e o órgão onde são publicadas as bases ideológicas da corrente à esquerda do PCP. Em artigos como, «O Abandono da Aliança Operária-Camponesa»,¹⁴⁵ «Quatro Notas Sobre a Actualidade Política»,¹⁴⁶ «Luta de Classes ou “Unidade de Todos os Portugueses Honrados”?»¹⁴⁷ e «A Unidade em 1944-1949: Uma Experiência Actual»,¹⁴⁸ são dissecados os aspectos em que se fundamentam os princípios da «política de unidade», quer através da política de alianças, quer na aplicação da «unidade antifascista».

pudesse conduzir o povo à revolução. «Queremos mais uma vez repetir que uma estratégia insurreccional não obriga à definição dum tempo em que deve ser aplicada.» (In «Nota», p. 59)

¹⁴² O PCP definia essa revolução como «democrática nacional». Os dissidentes retomariam a perspectiva da «revolução democrático-popular», já enunciada pelo PCP em 1954, e depois abandonada. Esta diferença era, segundo os dissidentes, uma das razões do «revisionismo» do PCP.

¹⁴³ F. Martins Rodrigues, *Luta pacífica...*, p. 36.

¹⁴⁴ Comité Marxista-Leninista Português, *Revolução Popular*, Edição Completa 1964-1965 (fac-símile), 6 Números, [Lisboa], Edições *Voz do Povo*, 1975.

¹⁴⁵ Idem, N.º 1, Outubro, 1964, pp. 12-19.

¹⁴⁶ Idem, N.º 2, Janeiro, 1965, pp. 35-40.

¹⁴⁷ Idem, N.º 3, Março, 1965, pp. 63-84. Este texto, «Primeiro Artigo de Crítica a “Rumo à Vitória”», foi o único publicado, tanto quanto julgo saber.

¹⁴⁸ Idem, N.º 5, Julho, 1965, pp. 122-133. Neste texto é feita uma análise retrospectiva da «política de unidade» entre 1944-49, concluindo do seu fracasso, e o retomar dessa orientação por parte de Cunhal.

Vejamos, por exemplo, o que é dito a propósito do livro de A. Cunhal, *Rumo à Vitória*:

«As suas [de Cunhal] ilusões na Unidade com a burguesia liberal, o seu afastamento dos interesses profundos das massas trabalhadoras da cidade e do campo, a sua omissão do objectivo da conquista do poder político pelo proletariado, são os mesmos de há 20 anos; mas o que é novo é a clareza com que manifesta a sua oposição à insurreição popular anti-fascista, à hegemonia do proletariado e à instauração dum poder popular democrático, à revolução em Portugal.»¹⁴⁹

Este extracto é elucidativo do tipo de crítica que é feita, quer quanto à política de alianças, nomeadamente, na ligação do PCP aos sectores chamados democrático-burgueses, quer no “abandono” da conquista do poder e na instauração da ditadura do proletariado. É o carácter de classe que, em última análise, é posto em causa.

Assim, com base nestes pressupostos, é lógico que os marxistas-leninistas falem de «degeneração revisionista» e de que em Portugal deixou de haver Partido Comunista. Daí a importância dos artigos de crítica ao PCP, quer através de análises fundamentadas, como é o caso das supra citadas, quer através de notas sobre acontecimentos. Por outro lado, existem também outros artigos que têm como objectivo orientar os militantes para a “reconstrução” do partido do proletariado ou de, pelo menos, chamar à atenção para a necessidade de o criar.

É também interessante referenciar dois outros aspectos. Um, relacionado com as orientações sindicais. Outro, com o posicionamento em relação ao problema colonial. Em relação ao primeiro ponto, o artigo «Isolar e Aniquilar os “Sindicatos” Fascistas – Uma Tarefa Revolucionária»,¹⁵⁰ não só se demarca em relação à política sindical do PCP como defende uma nova orientação. Recuemos um pouco no tempo. Até ao VII Congresso da Internacional Comunista, o PCP defendia uma organização sindical autónoma dos Sindicatos Nacionais. Isto implicava a existência de sindicatos clandestinos. José de Sousa, membro da direcção do partido e fundador da Comissão Intersindical (CIS) em 1930,¹⁵¹ vai divergir da linha político-sindical que o PCP vai adoptar após 1935. De acordo com as novas orientações do Komintern, o partido deveria estar onde estão as massas trabalhadoras. No caso português, isso significava a penetração nos Sindicatos Nacionais, uma vez que estes absorveram as estruturas sindicais tradicionais. Além disso, as estruturas sindicais clandestinas organizadas pelo PCP têm cada vez menos influência. Segundo os dissidentes, se nesse período foi correcto desenvolver trabalho no interior dos Sindicatos Nacionais, essa

¹⁴⁹ Idem, N.º 3, p. 63.

¹⁵⁰ Idem, N.º 6, Dezembro, 1965, pp. 152-163.

¹⁵¹ Sobre este dirigente político-sindical, ver a nota biográfica em F. Rosas e Brandão de Brito, op. cit., p. 953.

orientação estava ultrapassada. Os Sindicatos Nacionais deixaram de ser organizações de massas, são «simples sedes, simples repartições burocráticas»¹⁵² e não era possível transformá-los em órgãos dos trabalhadores devido à sua própria natureza. Assim sendo, «a tática comunista [em oposição ao PCP] em relação aos SN consiste em isolá-los primeiro, para depois os neutralizar e por fim os desmantelar, numa etapa superior de luta.»¹⁵³ Esta posição vai levar à definição de uma alternativa política e à perspectiva da criação de estruturas sindicais clandestinas, que na prática não chegaram a existir.¹⁵⁴

Sobre o problema colonial, reportemo-nos ao artigo «Os Comunistas e a Questão Colonial (1) – Combater o Chauvinismo Imperialista é a Base duma Efectiva Solidariedade aos Povos das Colónias».¹⁵⁵ É um artigo onde é feita uma análise do colonialismo português e da aplicação da «política de unidade» sobre esta matéria. O colonialismo português não é exclusivo da grande burguesia monopolista, nem da inteira responsabilidade de Salazar. A exploração colonial é um dos pilares do capitalismo português, através da interligação entre a economia metropolitana e a economia ultramarina. Há um fenómeno de complementaridade. Por este facto, o chauvinismo existe na sociedade portuguesa devido à propaganda feita pelo regime e aos interesses da burguesia.¹⁵⁶ Qual o papel do PCP nesta questão?

«Durante bastante anos, a direcção do PCP seguiu a orientação de formar nas colónias secções do Partido Comunista, que promoviam o recrutamento entre os colonos, desenvolviam actividades nas associações e clubes e tentavam organizar a luta económica dos operários africanos.»¹⁵⁷

Esta perspectiva de colaboração entre o colono e o colonizado, conduzia ao paternalismo e ao chauvinismo, impedindo a formação de um movimento político local autónomo. Mesmo após a fim da II Guerra Mundial, o PCP não entendeu as alterações que se estavam a verificar e assistiu a movimentações insurreccionais nas colónias sem a sua ajuda. O grande objectivo do PCP era a luta anti-salazarista. «Encaravam-se os problemas e aspirações dos povos coloniais pela óptica da Unidade anti-salazarista. Não se compreendia

¹⁵² In *Revolução Popular*, N.º 6, p. 155.

¹⁵³ Idem, p. 163.

¹⁵⁴ A política do PCP, particularmente após 1964, de “apostar” nas eleições sindicais, revelou-se importante na medida em que quando surgiu o 25 de Abril, as direcções de grande parte dos sindicatos estavam sob o seu controlo ou acabaram por ficar, através da ocupação das sedes e das respectivas direcções, comprometidas com o regime anterior.

¹⁵⁵ In *Revolução Popular*, N.º 6, pp. 141-150.

¹⁵⁶ Cf. idem, pp. 141-146.

¹⁵⁷ Idem, pp. 146-147.

que os revolucionários portugueses não tinham qualquer direito de tutela sobre os movimentos revolucionários de outros países.»¹⁵⁸

Finalmente, no V Congresso o PCP «reconheceu aos povos coloniais o direito de organizarem os seus próprios movimentos de libertação.»¹⁵⁹ No entanto, há uma diferença entre o *Informe Político* de Júlio Fogaça e as *Resoluções* do Congresso. No final, foi mantida a ideia de integrar a luta anticolonial na luta anti-salazarista. É a «política de unidade das forças antifascistas» a ditar o rumo, procurando integrar todos os que se opõem a Salazar. Por outro lado, nessa frente política estão sectores ligados a interesses nas colónias. Uma posição anticolonial firme por parte do PCP seria, por ventura, mal vista e poria em risco a unidade da oposição. Esta questão foi sempre problemática, particularmente entre a oposição democrática que teve sempre uma perspectiva muito pouco clara e, por vezes, neocolonialista.¹⁶⁰ Este problema também afectou o PCP que, em Agosto de 1961, no jornal *Tribuna Livre*, subscreve um comunicado, conjuntamente com um grupo de oposicionistas, condenando o «terrorismo das organizações africanas».¹⁶¹ Por outro lado, são feitas denúncias, por parte dos marxistas-leninistas, sobre o papel de A. Cunhal com os movimentos de libertação e a sua ligação/controlo pela URSS.

Estes e outros episódios são sintomáticos quanto às dificuldades do PCP de enquadrar a questão colonial com a linha política de unidade.

A terceira questão que levou a ruptura dos marxistas-leninistas com o PCP é sobre «a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo.» Se em relação às duas questões anteriores os problemas residiam nas alternativas políticas que apresentavam, neste último, significava a transposição para o nosso país das divergências entre a China e a URSS. Havia necessidade de aderir a um dos campos do Movimento Comunista Internacional. O PCP mantinha-se fiel ao PCUS e à URSS e os dissidentes agruparam-se no campo oposto, ou seja, apoiaram a China. Esse apoio manifestou-se em artigos do próprio CMLP, na reprodução de artigos de jornais chineses e na distribuição de publicação do Partido Comunista da China. Alguns exemplos: «O Reforçamento do Movimento Comunista Internacional»,¹⁶² «Como Surgiu a “Passagem

¹⁵⁸ Idem, p. 147.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Cf. Susana Martins, «O Segundo Movimento Socialista e a Questão Colonial», in *História*, Ano XIX (Nova Série), N.º 34, Agosto/Setembro, 1997, pp. 24-31.

¹⁶¹ Apud, in *Revolução Popular*, N.º 6, p. 148.

¹⁶² *Revolução Popular*, N.º 1, pp. 19-22. Artigo importante uma vez que demarca os campos em confronto no movimento comunista português.

Pacífica ao Socialismo”»,¹⁶³ «Classes Antagónicas e Luta de Classes Na União Soviética»,¹⁶⁴ para além de pequenos extractos retirados de editoriais e de notícias breves.

A tónica geral era simples: crítica cerrada ao «revisionismo» da URSS e aos seus apoiantes e glorificação da China como «defensora dos princípios do marxismo-leninismo» e «baluarte do socialismo».

Em suma, as três questões de base inicialmente apontadas criaram um fosso, ainda dentro do PCP, para, depois, serem os fundamentos políticos e ideológicos da ruptura verificada em 1963-64. Esta situação levou à criação, em Janeiro de 1964, da Frente de Acção Popular (FAP),¹⁶⁵ e, em Abril desse ano, do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP).¹⁶⁶ Nos anos seguintes, foram criadas inúmeras organizações políticas que, em alguns casos, “sobreviveram” algum tempo após o 25 de Abril de 1974. A principal base de recrutamento destas organizações eram os estudantes universitários e o trabalho desenvolvido era, em grande parte, feito no exterior do país.

¹⁶³ Idem, pp. 22-25. Extraído do *Diário do Povo*, da República Popular da China.

¹⁶⁴ In *Revolução Popular*, N.º 2, pp. 41-47. Reprodução de dois capítulos do artigo «O Pseudo-Comunismo de Krutchov e as Lições Históricas que Ele Dá ao Mundo», in *Pekin Information*, N.º 29, 1964.

¹⁶⁵ ICS-AHS, Pasta CMLP-I, N.º JL 28, Publ. 28, Frente de Acção Popular, *O Caminho da Insurreição Anti-Fascista e da Liberdade*, s. 1., FAP, 1964 (1 de Janeiro – *Proclamação*) [policopiado]. Para além desta *Proclamação*, esta organização, virada para a luta armada, estava dominada por tendências «castristas-guevaristas» e tinha um órgão de imprensa, o *Acção Popular*. Era uma organização sem estrutura política, dependente do CMLP, com o qual se confundia.

¹⁶⁶ Criado em 1964, só se dissolveu formalmente em 1975. Depois das prisões dos seus principais dirigentes - F. Martins Rodrigues, Rui d’Espiney e João Pulido Valente – continuou a sua actividade com um conjunto de militantes, essencialmente universitários, desenvolvendo trabalho no «exterior». Realizou duas Conferências, a primeira em fins de 1966, e a segunda nos finais de 1968. Em 1970 é constituído o PCP (m-l) que, depois de lutas internas e de algumas cisões, veio a dissolver-se nos inícios de 1975, renascendo o CMLP. Na *III Conferência do CMLP*, realizada em Abril de 1975, foi decidido a sua unificação com outras organizações marxistas-leninistas, nomeadamente, a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP) e a Organização para a Reconstrução do Partido Comunista Marxista-Leninista (ORPC m-l). Esta união levou à constituição do Partido Comunista Reconstruído, PC (R), em Janeiro de 1976. Sobre este período, tanto quanto conheço, há poucas coisas publicadas. Apenas alguns artigos bastante sintéticos. As fontes de informação limitam-se à documentação escrita produzida pelas próprias organizações, particularmente nos «Relatórios» e nas «Autocríticas», onde são feitas análises retrospectivas do trabalho realizado. Por outro lado, uma parte dos dirigentes dessas organizações estão politicamente activos o que não facilita a divulgação da documentação.

CONCLUSÃO

Como este trabalho procurámos demonstrar que a ruptura política e ideológica levada a cabo por um grupo de militantes do PCP em 1963-64 deveu-se, em primeiro lugar, às divergências que se foram acumulando ao longo dos anos no interior do Partido Comunista. Essas divergências que tiveram origem na implementação da «política de unidade das forças antifascistas», não só levaram à cisão no interior do partido como, pela primeira vez, fizeram surgir uma corrente crítica à sua «esquerda». A «política de unidade» levou a que o PCP ficasse “refém” da chamada oposição democrática, afastando-se do marxismo-leninismo, nos seus pressupostos essenciais para a conquista do poder - «aliança operário-camponesa» e «ditadura do proletariado».¹⁶⁷

A génese dessa «política de unidade» é, quanto a nós, o VII Congresso da Internacional Comunista. A confrontação entre os marxistas-leninistas e o PCP parece, apesar da diferença temporal, a contradição que se criou entre as orientações políticas do VI Congresso da IC, em 1928 («Classe contra Classe») e a política de criação das Frentes Populares do VII Congresso, em 1935.¹⁶⁸

As divergências no Movimento Comunista Internacional, particularmente as divergências sino-soviéticas, foram incorporadas na ruptura política desse período e não o inverso, como se verificou em alguns países. No nosso caso, a essência das divergências centravam-se nas orientações políticas a nível nacional, nomeadamente, na política de alianças e na perspectiva da revolução. Mais tarde, quando as divergências começaram a ter forma, o conflito sino-soviético veio acentuá-las, despoletando a ruptura.

Em suma,

«Muitos dos críticos de Cunhal poderiam ter sido extremistas, aventureiros e até infantis, mas tiveram o mérito de tocar uma questão de fundo para a qual o Partido não tinha resposta. Se, depois de defender ao longo de décadas uma linha revolucionária, o Partido não tinha iniciado a luta armada era ou porque essa linha era irrealista ou porque o Partido tinha sido incapaz de pôr em prática os princípios que proclamava.»¹⁶⁹

¹⁶⁷ Segundo o Prof. José Tengarrinha, a «política de unidade» falhou por ser «um modelo desajustado da realidade nacional, sendo, além disso, origem de dificuldades no relacionamento daquele partido com as outras forças políticas, que não aceitavam esse papel de vanguarda.», art. cit., p. 429. Esta é uma visão crítica à «direita» do PCP.

¹⁶⁸ A este propósito, cf. F. Martins Rodrigues, *Anti-Dimitov...*, Lisboa, 1985.

¹⁶⁹ In Dawn L. Raby, op. cit. p. 248.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1- ARQUIVOS

Biblioteca Nacional
Instituto de Ciências Sociais - Arquivo Histórico e Social: pastas CMLP-I, CMLP-II e PCP
Universidade de Coimbra - Centro de Documentação 25 de Abril

1.2- FONTES IMPRESSAS

1.2.1- FRENTE DE ACÇÃO POPULAR / COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS

Caminho (O) da Insurreição Anti-Fascista e da Liberdade, s. l., FAP, 1 de Janeiro de 1964, [policopiado].

Documentos da III Conferência do CMLP, 2 Volumes, s. l. [Lisboa], Edições *A Verdade*, 1975.

Estrela Vermelha – Órgão Teórico do CMLP, «1964-1968: a Luta dos Marxistas-Leninistas Portugueses em Busca da Linha Justa», N.º 1, Janeiro, 1969, pp. 15-28.

Expulsão (A) dum Membro do Comité Central do Partido Comunista Português, s. l., CMLP, Julho, 1964 [policopiado].

Futuras (As) Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português, s. l., Edições CMLP, Junho, 1966.

Interesses (Os) do Partido e da Luta Anti-Fascista Exigem a Derrota do Revisionismo, s. l., CMLP, 20 de Outubro de 1964, [panfleto].

Revolução Popular – Órgão do Comité Marxista-Leninista Português (1964-65), 6 Números [Edição fac-símile], s. l., Edições *Voz do Povo*, s. d. [1975].

RODRIGUES, Francisco Martins («CAMPOS»), *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, 3ª Edição, s. l. [Lisboa], Edições *Unidade Popular*, 1974.

_____, *Defesa no Tribunal Plenário (Maio de 1970)*, s. l., Socorro Vermelho Português, 1970.

1.2.2- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL, *Três Problemas de Actualidade*, s. l., P. C. P., [Setembro] 1960.

_____, *Ao Povo Português Sobre as Próximas Eleições para a Presidência da República*, s. l. [Lisboa], 7 de Fevereiro de 1958.

_____, *Por um Bloco Eleitoral Único*, s. l. [Lisboa], 31 de Maio de 1958.

COMITÉ CENTRAL, *A Situação Política Actual e a Posição do Partido Comunista Português*, 2ª Edição, s. l., Edições Avante!, [Abril] 1957.

_____, *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção*, s. l., Edições Avante!, Dezembro, 1960.

_____, *O Desvio de Direita no Partido Comunista Português nos Anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*, s. l., Edições Avante!, Março, 1961.

_____, *Sobre a Linha Política e Táctica do Partido*, s. l., s. e., Agosto, 1963, [dactilografado].

CUNHAL, Álvaro, («DUARTE»), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo – Informe Político do Comité Central. IV Congresso do Partido Comunista Português*, Volume I, Lisboa, Editorial Avante!, 1997.

_____, *Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português*, s. l., Edições Avante!, 1965.

_____, *Rumo à Vitória*, Porto, A Opinião, 1975.

_____, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1975.

_____, *A Luta Popular de Massas, Motor da Revolução*, Lisboa, Edições Avante!, 1965.

_____, *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, 2ª Edição, Lisboa, Edições Avante!, 1994.

_____, *Duas Intervenções numa Reunião de Quadros*, Lisboa, Edições Avante!, 1996.

Declaração dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas em Moscovo – 1957, s. l., s. e., s. d..

Greves (As) de 8 e 9 de Maio de 1944, Lisboa, Edições Avante!, 1979.

«*Política de Transição*»: 1945-1948, s. l., s. e., Outubro, 1969, [dactilografado].

SECRETARIADO DO C. C., *Lutemos Contra os Espiões e Provocadores. Breve História de Alguns Casos de Provocação no PCP*, s. l. [Lisboa], Edições A Verdade, 1975 (segundo o original das Edições Avante!, 1952).

Todos os Materiais da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários Reunidos em Moscovo por Ocasão do 43º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, s. l., Edições Avante!, 1961.

V Congresso do PCP, s. 1., Edições *Avante!*, Outubro, 1957.

1.2.3- OUTROS MATERIAIS

«ALBERTO», *Para uma Estratégia Revolucionária*, s. 1., Cadernos de Divulgação Marxista-Leninista, Outubro, 1966, [policopiado].

Carta Aberta aos Militantes do Partido Comunista Português e Revolucionários Portugueses, s. 1., 15 de Junho de 1970, [policopiado].

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, *Presos Políticos no Regime Fascista V (1949-1951)*, Mem Martins, 1987, pp. 195-197.

COSTA, Ramiro da, «O XX Congresso do PCUS e o PCP», in *Estudos Sobre o Comunismo*, N.º 3-4, Maio/Dezembro, 1984.

DIMITROV, G., *A III Internacional e o Fascismo*, Lisboa, Assírio & Alvim, s. d. [1975].

_____, *Youth Against Fascism*, www.marxists.org/archive/dimitrov/woks/1935-yci.htm.

_____, *The People's Front*, www.marxists.org/archive/dimitrov/woks/1935-yci.htm.

HOXHA, Enver, *Obras*, Vol. 19, Lisboa, Edições *Bandeira Vermelha*, 1976.

_____, *Combater o Revisionismo – Uma Tarefa Revolucionária*, s. 1. [Lisboa], Edições Maria da Fonte, s. d. [1975].

_____, *O Imperialismo e a Revolução*, Lisboa, Edições *Bandeira Vermelha*, 1978.

KRUCHTCHEV, Nikita, *Relatório Secreto de Nikita Kruchtchev ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, Faro, Liv. Editora Sotavento, s. d..

MAO TSE-TUNG, *Divergências*, s. 1., s. e., s. d. [1971].

PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, *Proposta Sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional*, s. 1. [Lisboa], Edições *Unidade Popular*, s. d. [1974].

Programa e Estatutos da Internacional Comunista, s. 1. [Lisboa], Edições Maria da Fonte, 1975.

«Reconstrução (A) do Partido Comunista e as Tarefas dos Marxistas-Leninistas», in *Que Fazer ? – Cadernos Marxistas-Leninistas*, N.º 3, Agosto, 1975, pp. 52-70.

RODRIGUES, Francisco Martins, *Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal*, s. 1., s. e. [Edição Militão Ribeiro], s.d. [1975; versão dactilografada].

2. BIBLIOGRAFIA

2.1- OBRAS DE CARÁCTER GERAL

AA.VV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, Edições Regra do Jogo, 1982.

AA.VV, *O Estado Novo - das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Volume II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

MEDINA, João (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII, Alfragide, Ediclube, s. d. [1993].

_____, *História Contemporânea de Portugal*, Vol. V, Tomo II, s. I., Multilar, 1990.

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.), *História Comparada. Portugal, Europa e o Mundo – Uma Visão Cronológica*, 2º Volume, Círculo de Leitores, 1996.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 Volumes, Lisboa, Bertrand Editores, 1996.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992.

2.2- OBRAS E ARTIGOS DE REFERÊNCIA

BARRADAS, Ana, «Anos 40 – as Clandestinas», in *História*, Ano XVIII (Nova Série), N.º 17, Fevereiro, 1996, pp. 40-49.

_____, «Clandestinidad», in Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pp. 152-156.

BARRETO, António, «A Formação do Secretário-Geral», in *Pública*, N.º 171, 29 de Agosto de 1999.

CAIADO, Nuno, *Movimento Estudantil em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Cadernos I. E. D., 1990.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, «Extrema-Esquerda», in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, António BARRETO e Maria Filomena MÓNICA (coord.), Porto, Ed. Figueirinhas, 1999, pp. 712-714.

COSTA, Ramiro da, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 2º Volume: 1930-1975, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979.

_____, «Cronologia – da Morte de Estaline ao Afastamento de Kruschchov», in *Estudos Sobre o Comunismo*, N.º 3-4, Maio/Dezembro, 1984, pp. 16-25.

DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telmo, (coord.), *Humberto Delgado – as Eleições de 58*, Lisboa, Ed. Vega, 1998.

DUARTE, Marta Benamor, «Direito à Autonomia Associativa», in *História*, Ano XX (Nova Série), N.º 4-5, Julho/Agosto, 1998, pp. 50-61.

FARINHA, Luís, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1998.

FEJTŐ, François, *As Democracias Populares*, 2 Volumes, Mem Martins, Europa-América, 1975.

FERREIRA, José Medeiros, «O Movimento Estudantil nos Anos Sessenta», in Maria Cândida PROENÇA (coord.), *Maio de 1968: Trinta Anos Depois. Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri, 1999.

Foice e Martelo - Órgão Teórico da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa OCMLP, N.º 1, Fevereiro, 1975.

GASPAR, Carlos, «Histórias do PCP: a Tese da “Revolução Democrática e Nacional”», in Carlos GASPAR e Vasco RATO, *Rumo à Memória – Crónicas da Crise Comunista*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, pp. 13-20.

GERVÁSIO, António, *Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do País*, Lisboa, Edições Avante!, 1996.

GODINHO, Paula, «O Couço em 1962», in *História*, Ano XVIII (Nova Série), N.º 18, Março, 1996, pp. 22-31.

GOMBIN, Richard, *As Origens do Esquerdismo*, Lisboa, D. Quixote, s. d..

GONÇALVES, Bento, «Relatório ao VII Congresso da Internacional Comunista», in *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985.

GOUVEIA, Fernando, *Memórias de Um Inspector da PIDE – 1. A Organização Clandestina do PCP*, 2ª Edição, Lisboa, Delraux, 1979.

LEGIÃO PORTUGUESA, *Boletim de Organização (Actividades Comunistas)*, Suplemento N.º 11, Fascículo I, Lisboa, Direcção dos Serviços Culturais da Junta Central, 1956.

LENINE, V. I., *Que Fazer ?*, 4ª Edição, Lisboa, Ed. Estampa, 1974.

_____, *Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, s. l., Novo Tempo, 1974.

_____, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, 2ª Edição, Porto, Edições Latitude, s. d. [1974].

_____, *O Estado e a Revolução*, Porto, Edições Latitude, s. d. [1974].

MADEIRA, João, «Uma Primavera Turbulenta», in *Humberto Delgado – as Eleições de 58*, Iva DELGADO, Carlos PACHECO e Telmo FARIA (coord.), Lisboa, Ed. Vega, 1998, pp. 27-62.

_____, «As Greves de Junho-Julho de 1958», in *Humberto Delgado – as Eleições de 58*, Iva DELGADO, Carlos PACHECO e Telmo FARIA (coord.), Lisboa, Ed. Vega, 1998, pp. 188-212.

_____, «A Greve de 1947 nos Estaleiros Navais de Lisboa: O Fim de um Ciclo», in *Arquivo da Memória*, N.º 3, 1997, pp. 67-83.

_____, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Ed. Estampa, 1996.

_____, «O PCP e a *Validade Universal* da Experiência Soviética», in *História*, Ano XX (Nova Série), N.º 2, Maio, 1998, pp. 17-27.

MANTA, Afonso, *A Frente Popular Antifascista em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976.

MARTINS, João Paulo; LOUREIRO, Rui, «A Extrema-Esquerda em Portugal (1960-74): os Marxistas-Leninistas e os Trotskistas», in *HISTÓRIA*, N.º 17, Março, 1980, pp. 8-23.

MARTINS, Susana, «O Segundo Movimento Socialista e a Questão Colonial», in *História*, Ano XIX (Nova Série), N.º 34, Agosto/Setembro, 1997, pp. 24-31.

MATEUS, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência. A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1999.

NUNES, João Arsénio, «Da Política “Classe Contra Classe” às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista Entre o VI e VII Congresso (1928-1935)», in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, Edições Regra do Jogo, 1982, pp. 31-76.

_____, «A Formação da Estratégia Antifascista (1929-1935)», in *História*, Ano XVIII (Nova Série), N.º 17, Fevereiro, 1996, pp. 22-33.

_____, «Comunismo», in Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pp. 173-181.

OLIVEIRA, César, *Anos Decisivos. Portugal 1962-1974: Um Testemunho*, Lisboa, Ed. Presença, 1993.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, «O Homem dos Sete Instrumentos», in WWW.PCP.PT.

_____, «Os 50 anos do MUD Juvenil», in WWW.PCP.PT.

PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra – Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993.

_____, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, Vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, 1999.

PINTO, José Manuel Milhazes, «O PCP e o PCUS no Pós-Guerra: Reatamento de Uma Longa Amizade», in *História*, Ano XVII (Nova Série), N.º 8, Maio, 1995, pp. 48-53.

_____, «Quando a Internacional Comunista Cortou com o PCP», in *História*, Ano XVIII (Nova Série), N.º 17, Fevereiro, 1996, pp. 34-39.

RABY, David L., «O MUNAF, o PCP e o Problema da Estratégia Revolucionária da Oposição, 1942-47», in *Análise Social*, Vol. XX, N.º 84, 1984, pp. 687-700.

RABY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal. Comunistas, Democratas e Militares em Oposição a Salazar (1941-1974)*, Lisboa, Edições Salamandra, 1990.

_____, «A Crise Ideológica da Oposição: o PCP de 1949 a 1957», in *O Estado Novo - das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Volume II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 47-58.

REZOLA, Maria Inácia, «Imprensa Clandestina», in Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pp. 441-451.

RODRIGUES, Francisco Martins, *Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal*, s. l., s. e. [Edição Militão Ribeiro], s/d. [1975; versão dactilografada].

_____, *Anti-Dimitrov: 1935-1985 Meio Século de Derrotas da Revolução*, Lisboa, Edição do Autor, 1985.

_____, *Abril Traído*, Lisboa, Edições Dinossauro, 1999.

ROSAS, Fernando, «O PCP e a II Guerra Mundial», in *Estudos sobre o Comunismo*, N.º 0, Julho, 1983, pp. 3-22.

_____, «Unidade Antifascista», in Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pp. 991-996.

_____, «A Lenta Agonia do Salazarismo», Vol. VII, in José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 503-543.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.

SILVA, Rui Ferreira da, «Maoísmo», in Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pp. 546-546.

SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974.

_____, «Socialismo», in Fernando ROSAS; J. M. Brandão de BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pp. 935-939.

TENGARRINHA, José, «Os Caminhos da Unidade Democrática Contra o “Estado Novo”», in «Do Estado Novo ao 25 de Abril», *Revista de História da Ideias*, N.º 16, Coimbra, IHTI/Faculdade de Letras, 1994, pp. 387-431.

VENTURA, António, «Documentos Sobre Uma Tentativa de Contacto Entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a I. C. em 1941», in *Estudos sobre o Comunismo*, N.º 1, Setembro/Dezembro, 1983, pp. 23-30.

_____, «A Oposição ao Estado Novo», Vol. XIII, in João MEDINA (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Alfragide, Ediclube, s. d. [1993].